



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR

CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

Redenção (CE), Março de 2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

José Henrique Paim

Ministro da Educação

Nilma Lino Gomes

Reitora

Fernando Afonso Ferreira Junior

Vice-Reitor

Andréa Linard

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Monalisa Valente Ferreira

Diretora do Instituto de Humanidades e Letras

Maurílio Machado

Coordenador do Curso de Bacharelado em Humanidades

Carla Susana Alem Abrantes

Jacqueline Britto Pólvara

Luís Tomás Domingues

Vera Regina Rodrigues da Silva

Violeta Maria de Siqueira Holanda

Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico

Identificação do Curso

Denominação do Curso: Bacharelado em Antropologia

Duração do Curso: Mínima: 3 anos - Máxima: 4 anos

Regime Letivo: Seriado Trimestral

Regime: Presencial

Turnos de Oferta: Noturno

Vagas Autorizadas: 80 vagas anuais

Formas de Ingresso: Normas institucionais internas para egressos de Cursos de Bacharelado em Humanidades e Ciências Sociais.

Carga Horária: 3.000 horas

Modalidade: Bacharelado

Título Acadêmico: Bacharel em Antropologia

Local da Oferta: Instituto de Humanidades e Letras – UNILAB – Redenção – CE – Brasil

Ano de início do Curso: 2014

Quadro de Professores Efetivos Vinculados Curso de Bacharelado em Antropologia

Prof^a. Dr^a. Carla Susana Alem Abrantes

Prof. Dr. Carlos Subuhana

Prof^a. Dr^a. Jacqueline Britto Pólvora

Prof. Dr. Luís Tomás Domingos

Prof^a. Dr^a. Vera Regina Rodrigues da Silva

Prof. Dr^a. Violeta Maria de Siqueira Holanda

SUMÁRIO

1. Apresentação e Justificativa.....	12
2. Histórico / Princípios norteadores (base legal)	15
3. Objetivos Gerais e Específicos.....	17
3.1. Objetivos Gerais.....	17
3.2. Objetivos Específicos	17
4. Perfil do profissional / Expectativa da Formação profissional/ Mercado de Trabalho (competências e habilidades do antropólogo)	17
5. Organização curricular	18
5.1. Critérios para o estabelecimento das disciplinas	20
5.1.1. Disciplinas obrigatórias.....	22
5.2. Conteúdos curriculares.....	23
5.2.1. Fluxo de Integração Curricular	24
5.2.2. Disciplinas Núcleo Obrigatório Antropologia.....	25
5.2.3. Disciplinas Núcleo Obrigatório Complementar Antropologia.....	26
5.2.4. Disciplinas Optativas Antropologia	26
5.2.5. Disciplinas Eletivas	27
5.2.6. Núcleo Obrigatório de Conhecimento em Humanidades (BHU)	27
5.2.7. Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB	27
5.2.8. Atividades Complementares e de extensão	28
5.2.9. Resumo da Matriz Curricular.....	28
6. FLUXOGRAMA (QUADRO ÚNICO).....	29
7. Integralização Curricular (carga horária do curso).....	29
7.1. Atividades Complementares e de extensão.....	30
7.2. Avaliação.....	32
7.2.1. Da Aprendizagem.....	32
7.2.2. Do Currículo	33

7.2.3. Da metodologia de avaliação do currículo	34
8. Apoio ao Discente	34
9. Regulamento do Trabalho de Conclusão	38
10. Colegiado Do Curso De Antropologia	45
11. Coordenação do Curso de Antropologia	46
12. Núcleo Docente Estruturante	48
13. Ementas do Curso.....	49

1. Apresentação e Justificativa

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira se insere em um contexto dinâmico marcado pela cooperação com países parceiros do continente africano e asiático. Essa configuração não só é representativa dos laços históricos partilhados, mas também e, principalmente, da perspectiva de um porvir que está se construindo nesse processo de integração e cooperação. Ao considerarmos este um processo de mão dupla, ou seja, em que o conhecimento gerado é marcado pelo diferencial que lhe confere as diretrizes da UNILAB, potencializará novos horizontes epistemológicos e a formação de quadros de professores/as e pesquisadores/as comprometidos com a realidade social que os cerca. Nesse sentido, nos aliamos à perspectiva de Roberto Cardoso de Oliveira para quem o trabalho do antropólogo pode se dar em uma “fusão de horizontes” em que o outro lado da moeda do fazer antropológico é a cidadania. Essa cidadania ressignifica a antropologia que outrora inserida nos processos de colonização, pode agora assumir uma nova demarcação teórica e metodológica dos sujeitos e contextos historicamente colonizados. Isso se traduz no lugar da antropologia hoje engajada em processos de, por exemplo, fortalecimento de identidades e diversidades, em contraposição aos aspectos fundantes da antropologia colonial. Esses são os caminhos já abertos por uma reflexão proveniente dos estudos pós-coloniais e da diáspora e de uma revisão crítica do fazer antropológico herdado pelo modelo eurocêntrico. Assim, o bacharel em antropologia da UNILAB será um sujeito formado em novos paradigmas de convivência e produção de conhecimento em que são valorizadas as experiências advindas dos diferentes contextos, de tecnologias sociais, locais, em diálogo com reflexões e ações críticas provenientes do diálogo sul-sul de uma universidade internacional, além fronteiras. Esse diálogo abrange temáticas como meio ambiente, desenvolvimento humano, economia solidária, saúde coletiva, identificação e fortalecimento das tradições, do patrimônio cultural, material e imaterial e saberes tradicionais. Nessa dinâmica se insere a antropologia nas diferentes esferas: regional (Maciço de Baturité) e internacional, a partir da parceria com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Portanto, diante deste cenário o bacharelado em Antropologia tem como eixos:

- Uma formação crítica e transformadora que se apresente para os estudantes a partir dos debates clássicos e contemporâneos, bem como do método de pesquisa etnográfica que permita ao aluno pensar e atuar criticamente na

realidade social em que se insere.

- Uma formação teórica que trate da realidade brasileira, africana, timorense e da diáspora em geral, a partir das perspectivas afrocêntricas, pós-coloniais e plurais, que enfatizem os saberes locais, e os ditos subalternos e periféricos.

O curso de graduação em antropologia vem sendo uma realidade no cenário brasileiro desde os anos 1990, a partir das iniciativas da Associação Brasileira de Antropologia para a expansão do ensino em nível de graduação e pós-graduação e da reflexão quanto ao lugar da formação antropológica no âmbito das ciências sociais e de sua inserção profissional (Tavares *et ali*, 2010). O primeiro curso de graduação foi implantado em 2005, na Universidade Católica de Goiás (UCG), no *Campus* Benjamin Constant. A partir de então, outros cursos foram criados: na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no *Campus* Rio Tinto, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Santa Catarina. Até então, a formação do antropólogo era realizada em nível de mestrado e doutorado, no interior de dezessete programas de pós-graduação em todo o país, sendo cinco no Nordeste (UFBA, UFRN, UFPE, FUFSE e FUFPI), 1 no Norte (UFAM), 2 no Centro Oeste (UnB e UFG), 3 no Sul (UFSC, UFRGS e UFPR) e 6 no Sudeste (UFMG, UFF, UFRJ, UFSCAR, UNICAMP, USP). No entanto, é na graduação que se estabelecem os fundamentos teóricos e metodológicos do futuro profissional. Por essa razão, temos entre nossas metas estabelecer iniciativas de aprimoramento do curso. Por exemplo, viabilizar a tradução de textos antropológicos para a língua portuguesa tornando-os cada vez mais acessíveis ao corpo discente e fonte de contribuição teórica.

O curso de Bacharelado em Antropologia da UNILAB será o segundo do Nordeste e o primeiro do Estado do Ceará. Nesse contexto, nosso curso também possui a particularidade de ter sua gênese no Curso de Bacharelado em Humanidades da UNILAB como terminalidade constitutiva do segundo ciclo de formação profissional nos moldes estabelecidos pela Portaria nº 383 SESU/MEC.:

Nesta conceptualização, o primeiro ciclo ou Bacharelado Interdisciplinar é o espaço de formação universitária onde um conjunto importante de competências, habilidades e atitudes, transversais às competências técnicas, aliada a uma formação geral com fortes bases conceituais, éticas e culturais assumiram a centralidade nas preocupações

acadêmicas dos programas. Por seu turno, o segundo ciclo de estudos, de caráter opcional, estará dedicado à formação profissional em áreas específicas do conhecimento.¹

Assim, o Curso de Bacharelado em Antropologia cumprirá seu papel de formação complementar em área específica. Essa proposta se coaduna com o contexto regional, se atentarmos para o fato de que o Ceará mantém uma tradição de estudos antropológicos desde o século XIX, pautado pelo diálogo com as outras áreas das ciências humanas como os estudos históricos, sociológicos e políticos promovidos por profissionais de diferentes áreas do conhecimento sensíveis às chamadas questões sociais. No entanto, tais questões são discutidas e transmitidas a partir de profissionais de formações variadas agrupados no campo das ciências sociais, tanto na Universidade Federal do Ceará (UFC) como na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), inexistindo ainda uma formação propriamente antropológica tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

Para além de promover a expansão do ensino na região, a UNILAB se insere nesse processo de desenvolvimento da antropologia no Brasil a partir de uma formação conectada com a interiorização do ensino superior público, que expande a sua rede para fora dos grandes centros econômicos. Localizada na cidade de Redenção, interior do Estado, a UNILAB concentra seus esforços no sentido de melhorar as condições de vida da população do entorno, em especial do Maciço de Baturité (ver mapa). Por outro lado, o curso de Antropologia também considera o diálogo e cooperação internacional com os países de Língua Oficial Portuguesa, propondo-se a garantir aos alunos estrangeiros uma formação sólida em teoria antropológica para a formação dos futuros profissionais de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Consideramos ainda que o curso reúne as condições necessárias para sua oferta diante da infraestrutura prevista no Plano Diretor (MASTERPLAN) do Campus das Auroras e os recursos humanos também previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional no tocante à contratação de docentes e técnicos administrativos. Assim, de acordo com o Plano Diretor estão previstos até 2015 a implantação de 28 (vinte e oito) cursos distribuídos por cinco institutos, dentre estes o Curso de Antropologia. Para cada curso haverá uma Unidade de diretório acadêmico com o intuito de atender à prática político estudantil e um diretório acadêmico

¹BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. Portaria nº 383, de 12 de abril de 2010, p. 3.

específico. Cada diretório acadêmico terá: Área de Estar Descoberta, Sala de Estar, Sala de Reuniões, Sala de Documentos, Almojarifado, Sanitário Masculino / Feminino e Copa / Cozinha de pequeno porte. Já a Unidade Acadêmica abrigará 50 salas de aula para 70 alunos e 20 salas de aula para 50 alunos, além dos setores de Coordenação dos Cursos (Graduação e Pós Graduação), Gabinetes dos Professores, Laboratórios das Atividades Curriculares e Área para Educação à Distância. Um dos Laboratórios previstos é o Laboratório Multidisciplinar, o qual deverá contemplar os cursos das Humanidades.

Sobre o tema da acessibilidade tem-se que esta dentro do Campus permitirá o acesso e circulação de veículos motorizados, como ônibus e carros, além de bicicletas e pedestres. Além disso, espera-se que seja contemplado o acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Entre os órgãos suplementares cabe destacar a biblioteca universitária, a qual possuirá hall de entrada / Exposições, hall de Acesso / Estar, Sanitário Masculino, Sanitário Feminino, Sanitário para Portador de Necessidades Especiais, Guarda Volumes, Empréstimo / Devolução, Estar, Acervo de Livros, Acervo de Periódicos, Acesso de Multimídia, Leitura Individual, Leitura em Grupo, Salas de Leitura Individual, Salas de Trabalho em Grupo, Sala de Vídeo, Obras Raras, Reprografia, Sala de Tombamento / Classificação / Recuperação, Hall Interno, Espera da Direção, Apoio Administrativo Direção, Sala da Direção, Copa e Depósito de Material de Limpeza. Para a atual biblioteca, já foi encaminhado o ementário do Curso de Antropologia para que os bibliotecários procedam o balanço das obras existentes e aquelas a serem adquiridas. O corpo docente conta atualmente com 06 (seis docentes) e será ampliado de acordo com a demanda e orientação institucional.

2. Histórico / Princípios norteadores (base legal)

O Projeto de Lei Nº 3.891, que dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, foi encaminhado ao Congresso Nacional no dia 25 de julho de 2008, pelo então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Após a aprovação da redação final do Projeto de Lei Nº3.891/08 pelo plenário da Câmara de Deputados, em maio de 2010, a matéria foi encaminhada ao Senado Federal, onde foi aprovada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores, no dia 07 de julho de 2010. No dia 20 de julho de 2010, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei Nº 12.289, que

garante a criação da segunda universidade federal do estado do Ceará, a UNILAB.

A UNILAB tem como missão institucional produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa – especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente – por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente, conforme as diretrizes gerais da UNILAB, de julho de 2010.

A construção desta proposta surge em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2011 a 2013, o qual enfatiza o ensino, a pesquisa e extensão, visando à criação e implementação de políticas e ações que contribuam para uma sólida formação humanística, científica e tecnológica dos sujeitos que nela estudam, tendo em vista, preferencialmente, o contexto regional, mas, também, abrangendo as esferas nacionais e internacionais.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UNILAB (2011-2013) está vocacionado para a cooperação internacional solidária, principalmente, com países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com ênfase nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) tais como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e o Timor Leste.

Nesse sentido, o presente documento atende à Resolução CNE/CES de 17 de março de 2002, que “estabelece diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia”, publicada no Diário Oficial da União de 09 de Abril de 2002, Seção 1, p. 34.

Além do exposto, o curso de Antropologia segue o princípio de uma antropologia que enfatiza os estudos africanos e de sua diáspora como plataforma de conhecimento descentralizadora das matrizes eurocêntricas. Desta forma, visa o deslocamento do conhecimento antropológico para as populações periféricas do mundo global (África e Ásia), ao mesmo tempo em que sublinha a relevância dos estudos sobre estas minorias negras e afro-descendentes em nível local.

3. Objetivos Gerais e Específicos

O Curso de Bacharelado em Antropologia objetiva formar quadros profissionais habilitados ao exercício da docência e pesquisa dentro dos parâmetros científicos e éticos do campo antropológico. Em consonância com essa perspectiva, nosso curso fomentará uma produção de conhecimento alicerçada na pluralidade de saberes advindos de sujeitos oriundos do contexto nacional e internacional.

3.1. Objetivos Gerais

- Oferecer um curso de graduação em Antropologia que forme profissionais críticos, competentes na tradição teórico-metodológica antropológica;
- Oferecer uma formação sensível as realidades dos países africanos de língua oficial portuguesa, Asia (Timor Leste) e Brasil (Maciço de Baturité);
- Formar pesquisadores que respondam às demandas de cunho antropológico e sociais nos diferentes contextos.

3.2. Objetivos Específicos

- Formar bacharéis em Antropologia capazes de planejar e desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Formar bacharéis capazes de refletir criticamente problemas sociais das diferentes realidades apresentadas e participar das políticas públicas;
- Contribuir na formação de bacharéis em Antropologia com perspectiva interdisciplinar.

4. Perfil do profissional / Expectativa da Formação profissional/ Mercado de Trabalho (competências e habilidades do antropólogo)

O antropólogo é o profissional habilitado a trabalhar nas várias instituições públicas ou privadas, cuja função exija conhecimentos teóricos e metodológicos específicos da antropologia. Estes conhecimentos dizem respeito à compreensão da

diversidade cultural dos grupos humanos a partir de suas manifestações locais. Assim, o bacharel em antropologia é o profissional cujas habilidades são a investigação das realidades sociais, planejamento, condução e avaliação de políticas públicas e projetos que digam respeito ao respeito e preservação das diversidades culturais.

Desta forma, delinea-se o perfil do egresso do bacharel em antropologia enquanto profissional cujas habilidades são:

- compreender teoricamente a diversidade das sociedades humanas manifesta em nível local;
- planejar, conduzir, realizar e avaliar pesquisas que digam respeito às políticas públicas de preservação e garantia de direitos da diversidade dos grupos sociais;
- subsidiar organizações públicas e privadas através de laudos, diagnósticos, relatórios e outros documentos que respondam a demandas de grupos sociais;
- atuar em instituições públicas e privadas, como museus, institutos de pesquisa e similares, que atuem na criação e preservação de acervos vinculados à memória e produção cultural de grupos sociais;
- ingressar na Pós-Graduação, a partir da qualificação obtida no Bacharelado, e com isso, aprimorar e enriquecer a produção teórica da antropologia e das Ciências Sociais e Humanas brasileiras e africanas.

O profissional da Antropologia egresso do curso, terá competências e habilidades para atuar em instituições de ensino, de pesquisa (institutos, ONGs), em órgãos públicos, bem como em instituições de assessoria e consultoria a órgãos de gestão e promoção de políticas públicas.

Além disso, terá como competências o domínio teórico e metodológico para colaborar na formulação de laudos antropológicos e ou sócio ambientais, quando solicitados. Poderá atuar no setor público e/ou privado, sempre que as demandas forem de cunho antropológico ou com interesses relativos à vasta área de atuação da antropologia (cultura, identidade, memória, povos tradicionais, patrimônio, meio ambiente, dentre outras).

5. Organização curricular

Na perspectiva da cooperação solidária e no dimensionamento das ações

acadêmico-administrativas estabelecidas nas diretrizes da UNILAB, o curso adota os paradigmas da contemporaneidade para a formação do bacharelado em Antropologia, buscando promover o intercâmbio cultural, científico e educacional em sintonia com as demandas do Brasil e dos países envolvidos no projeto da universidade.

O curso ainda considera os principais elementos que compõe a formação em nível superior no século XXI, respaldados pelos programas e documentos educacionais estabelecidos pela comunidade internacional em diversas conferências, tais como: Programa “Educação para Todos” definido na Conferência Mundial de Educação para Todos - Jomtiem, Tailândia, 1990; Objetivos de “Desenvolvimento do Milênio” defenido durante reunião da Cúpula do Milênio, promovida pela ONU em Nova York, no ano 2000; Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, da União Africana; Plano de Ação da Segunda Década de Educação em África (2006-2015), adotado pelos Ministros da Educação da União Africana, em Maputo, em 2006; Declaração de Abuja, adotada na Primeira Cúpula América do Sul-África (ASA) realizada na Nigéria, em 2006; Conferência Regional de Educação Superior (CRES, 2008) – realizada pela UNESCO em Cartagena de Índias; Conferência Africana sobre Educação Superior (CAES, 2008) – realizada pela UNESCO em Dakar, 2008; Conferência Mundial de Educação Superior (CMES, 2009), realizada pela UNESCO em Paris, 2009.

Este conjunto de eventos não só estabelece diretrizes internacionais e responsabilidades dos demais países para com a África, como também destaca a importância da educação superior na promoção do desenvolvimento econômico e social, a promoção da pesquisa em todos os campos, em particular nos domínios da ciência, da tecnologia e da inovação.

O curso de Graduação em Antropologia (Bacharelado) está previsto para iniciar em agosto de 2014 tendo como público alvo, inicialmente, estudantes egressos do Bacharelado em Humanidades que optarem pela terminalidade nesta área. São oferecidas oitenta (80) vagas anuais no turno noturno. É um curso de regime acadêmico trimestral, de acordo com as diretrizes da UNILAB, totalizando 2400 horas (Resolução CES nº 2, 18 junho de 2007). A duração prevista para a integralização curricular é de sete (07) períodos letivos (2 anos e 1 trimestre), e duração máxima de dez (10) períodos letivos (três anos e dois trimestres).

Este projeto pedagógico do Curso de Graduação em Antropologia apresenta como um dos principais objetivos o de oferecer um ensino de antropologia pautado por

uma formação sólida em conhecimentos dessa área particular das ciências sociais e humanas acrescido das especificidades de uma instituição como a UNILAB. Nesse sentido, e a partir das discussões dos docentes que constituíram a Comissão para elaboração do PPC em Antropologia, Portaria GR nº 416/2013 de 29 de julho de 2013, construiu-se um modelo de curso tendo como base em um dos eixos a literatura clássica pautada na história da antropologia de diferentes contextos nacionais, em especial, as produções etnográficas sobre e a partir do Brasil e dos países do continente africano – sendo estas regiões fontes primordiais de muitos e variados estudos antropológicos. Integrando a formação antropológica clássica apresenta-se um segundo eixo que contempla o conhecimento sobre a África e a diáspora a partir de teorias que discutem a formação do pensamento negro e africano, pós-colonial e plural. Como formação curricular complementar, o Bacharelado em Antropologia também oferece disciplinas complementares a estes dois eixos, as quais articulam a formação teórica e as realidades sociais.

Finalmente, para além das disciplinas obrigatórias e complementares, o Bacharelado em Antropologia oferece um terceiro conjunto de disciplinas de formação livre, composto de optativas e eletivas, à escolha do/as discentes. As disciplinas optativas são aquelas oferecidas em caráter pontual pelo corpo docente do Bacharelado em Antropologia, que oferecerá questões e temáticas marcadas pelo contexto social e político do presente. Nelas se agrupam conhecimentos aglutinadores dos problemas sociais contemporâneos. As disciplinas eletivas são aquelas que o corpo discente poderá eleger em outras áreas do Instituto de Humanidades e Letras - IHL (Sociologia, História, Pedagogia, Letras), ou em outros cursos oferecidos na UNILAB, visando aprofundar uma área de conhecimento de preferência do/a estudante. As demais atividades, complementares e de extensão, propostas como carga horária têm como objetivo responder às expectativas da comunidade acadêmica da Unilab no que tange à multiplicidade de saberes, a uma formação interdisciplinar e à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão no processo formativo dos docentes, tal qual previsto na Resolução 024/2011 da Unilab.

5.1. Critérios para o estabelecimento das disciplinas

O bacharelado em Antropologia da UNILAB constitui uma segunda etapa de formação ao Bacharelado em Humanidades complementando esse primeiro ciclo e oferecendo um aprofundamento na área específica da Antropologia. Desta forma, os critérios para o estabelecimento das disciplinas deste Bacharelado são definidos a

partir da formação anterior do corpo docente no BHU e, portanto, acrescentam aos eixos formativos específicos da disciplina antropológica e dos estudos afrocêntricos, pós-coloniais e plurais.

A ênfase curricular em disciplinas antropológicas voltadas ao pensamento antropológico afrocêntrico, pós-colonial e plural obedece ao perfil institucional onde está sendo ministrado. O Bacharelado em Antropologia da UNILAB é o primeiro do Ceará e, portanto, responde à dupla responsabilidade social de expor ao debate tanto a multiculturalidade presente no fluxo de imigrantes oriundos do continente africano, quanto à História do Estado, marcada pela invisibilidade da presença negra. Neste sentido, o debate intelectual do ponto de vista afrocêntrico e da diáspora é entendido aqui enquanto uma realidade múltipla de situações sociais, culturais e políticas enfrentadas pela população africana e afrodescendente pelo mundo, portanto, é um pensamento que surge inspirado em vários lugares e atinge muitas direções. É esta a pluralidade de identidades afro-descendentes presentes pelo mundo, e no Ceará em particular, que a ênfase das teorias diaspóricas deste Bacharelado quer abarcar.

Neste mesmo sentido, a UNILAB “é vocacionada para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos”². Sendo assim, o estudo dos pensamentos afrocêntricos, diaspóricos, pós coloniais e plurais responde à vocação da universidade, acima citada. Também, é dado que os estudantes da UNILAB – e do Bacharelado em Humanidades em especial -- são oriundos do continente africano. Assim, a ênfase curricular do Bacharelado em Antropologia responde à necessidade de ler, conhecer, discutir e analisar os autores que pensaram e pensam as realidades sociais a partir destes paradigmas. Tais teorias incorporam além dos pensamentos afrocêntricos e diaspóricos, estudos que procurem refletir sobre a condição pós-colonial como um recurso crítico para pensar a estrutura epistemológica das ciências humanas, estrutura essa moldada por padrões ocidentais que se tornaram globalmente hegemônicos devido ao fato histórico do colonialismo. Nesse sentido, propõe-se a transmissão de conhecimentos que incorporem essa herança crítica sob a forma de uma prática interdisciplinar, aberta ao diálogo com a filosofia, história, estudos literários, sociologia e ciência política. Assim, serão agregadas propostas teóricas de africanistas

² UNILAB, Estatuto. Título 1, Capítulo 1, Artigo 2º.

antropólogos, cientistas sociais e das humanidades não-africanos e no contexto da colonização, mas que influenciaram o pensamento sobre África, portanto, influenciaram os pensamentos sobre a diáspora. Finalmente, o estudo destes autores pretende oferecer outra versão para a tradição eurocêntrica da antropologia, inclusive para a leitura da realidade dos países africanos tradicionalmente lidos e teorizados a partir destes estudos.

5.1.1. Disciplinas obrigatórias

São aquelas que concernem aos conteúdos básicos de caráter teórico, metodológico ou etnográfico e que definem a formação do antropólogo dentro de uma perspectiva da história da antropologia no Brasil.

. aquelas que abordem problemas, temas e processos da perspectiva africana e diaspórica manifestando a diversidade de experiências humanas fundamentais para além dos cânones fundamentais eurocêntricos.

. aquelas que possibilitem a problematização, a desconstrução e a interpretação da história e dos modos de produção de saberes coloniais ou marcadas por relações de poder e desigualdade.

. aquelas que permitam ao aluno compreender e articular conhecimentos metodológicos

. aquelas que promovam o desenvolvimento da autonomia intelectual, tais como o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Foram definidas como **disciplinas obrigatórias (14)** as que correspondem ao desenvolvimento teórico da Antropologia em sua base clássica, na experiência africana e diaspórica e nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) perfazendo 33% da carga horária total. Concebe-se, assim, 14 disciplinas obrigatórias, são elas:

Teorias Antropológica I, II, III e IV; Teorias da Diáspora I, II, III; Etnografias I, II e III; Metodologia de Pesquisa Antropológica; e TCC I, II e III.

Foram definidas como **disciplinas complementares obrigatórias (10)** aquelas que expressam as ênfases temáticas e as perspectivas teóricas consonantes com os eixos estruturantes do projeto pedagógico, que constituem 13% do total.

Estudos de África Pré-Colonial I e II; Antropologia Política; Antropologia da África Pós-Colonial; Estudos Pós-Coloniais; Antropologia das Populações Afro-Brasileiras; Antropologia das Populações Indígenas; Antropologia e Direitos Humanos; Antropologia e Meio Ambiente; Filosofia e Religiosidade Africana e Afro-Brasileira.

Foram definidas como **disciplinas optativas (04)** que correspondem a 5% do total da carga horária curricular são aquelas de caráter temático que permitem a apresentação e o aprofundamento de problemas antropológicos e temas à escolha do aluno: Raça, Estado e Nação; Raça, Gênero e Feminismo Negro; Movimentos Sociais, Raça e Resistência; Raça, Identidade, Etnicidade e Territorialidade.

Foram definidas como **disciplinas eletivas** aquelas que os/as estudantes podem eleger em outras áreas do Instituto de Humanidades e Letras - IHL (Sociologia, História, Pedagogia, Letras), ou em outros cursos oferecidos na UNILAB, visando aprofundar uma área de conhecimento de preferência do/a estudante abrindo espaço para o diálogo interdisciplinar. Estas correspondem a 8% do total de conteúdos apresentados na grade curricular. São disciplinas eletivas (06) todos os Tópicos Especiais e a disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em atendimento ao Decreto Federal no. 5.626 de 22/12/2005.

5.2. Conteúdos curriculares

Os conteúdos curriculares estão distribuídos em:

Conteúdos:

Disciplinas obrigatórias: 14 disciplinas, 680 h/a ($440 + 3TCC = 180 + 180 + 180 = 980$)

$440 + 560 = 980$ total de obrigatórias, 33% da carga horária.

Disciplinas obrigatórias complementares 10 disciplinas, 400 h/a, 13% da carga horária:

Disciplinas optativas: 04 disciplinas, 160 h/a, 5% da carga horária.

Disciplinas eletivas: 05 disciplinas, 240 h/a, 8% da carga horária.

Atividades Complementares: 360 horas, 12% da carga horária.

Atividades de Extensão: 300 horas, 10% da carga horária

BHU: 560 horas, 19% da carga horária

5.2.1. Fluxo de Integração Curricular

QUADRO POR TRIMESTRE

1º Trimestre					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Teoria Antropológica I	40		Não	IHL
	Etnografia I	40		Não	IHL
	Teoria da Diáspora I	40		Não	IHL
	Estudos de África Pré-Colonial I	40		Não	IHL
	Antropologia das Populações Afro-Brasileiras	40		Não	IHL
Carga Horária do Trimestre					200 h/a

2º Trimestre					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Teoria Antropológica II	40		TAI	IHL
	Etnografia II	40		Etnografia I	IHL
	Teoria da Diáspora II	40		TD I	IHL
	Estudos de África Pré-Colonial II	40		EA PC I	IHL
	Antropologia das Populações Indígenas	40		Não	IHL
Carga Horária do Trimestre					200 h/a

3º Trimestre					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Teoria Antropológica III	40		TAII	IHL
	Etnografia III	40		Etnografia II	IHL
	Teoria da Diáspora III	40		TD II	IHL
	Antropologia Política	40		Não	IHL
	Antropologia e Direitos Humanos	40		Não	IHL
Carga Horária do Trimestre					200 h/a

4º Trimestre					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Teoria Antropológica IV	40		TA III	IHL
	Metodologia de Pesquisa Antropológica	40		Etnografia III	IHL
	Raça, Gênero e Feminismo Negro	40		Não	IHL
	Antropologia da África Pós-Colonial	40		Não	IHL

	Tópico Especial I	40		Não	IHL
	Carga Horária do Trimestre				200 h/a

5º Trimestre					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Raça, Identidade, Etnicidade e Territorialidade	40		Não	IHL
	Filosofia, Religiosidade Africana e Afro-Brasileira	40		Não	IHL
	Estudos Pós-Coloniais	40		Não	IHL
	TCC I	180		Metodologia de Pesquisa Antropológica	IHL
	Tópicos Especiais II	40		Não	IHL
	Carga Horária do Trimestre				340 h/a

6º Trimestre					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Raça, Estado e Nação	40		Não	IHL
	Antropologia e Meio Ambiente	40		Não	IHL
	Movimentos Sociais, Raça e Resistência	40		Não	IHL
	TCC II	180		TCC I	IHL
	Tópicos Especiais III	40		Não	IHL
	Carga Horária do Trimestre				340 h/a

7º Trimestre					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	40		Não	IHL
	Tópicos Especiais IV	40		Não	IHL
	Tópico Especiais V	40		Não	IHL
	TCC III	180		TCC II	IHL
	Carga Horária do Trimestre				300 h/a

5.2.2. Disciplinas Núcleo Obrigatório Antropologia

Disciplinas Núcleo Obrigatório da Antropologia					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Teoria Antropológica I	40		Não	IHL
	Teoria Antropológica II	40		TA I	IHL
	Teoria Antropológica III	40		TA I	IHL
	Teoria Antropológica IV	40		TA IV	IHL
	Teoria da Diáspora I	40		Não	IHL
	Teoria da Diáspora II	40		TD I	IHL

	Teoria da Diáspora III	40		TD II	IHL
	Etnografia I	40		Não	IHL
	Etnografia II	40		Etnografia I	IHL
	Etnografia III	40		Etnografia II	IHL
	Metodologia de Pesquisa Antropológica	40		Etnografia III	IHL
	TCC I	180		Met. Pesq. Antropológica	IHL
	TCC II	180		TCC I	IHL
	TCC III	180		TCC II	IHL
	Carga Horária Total				980 h/a

5.2.3. Disciplinas Núcleo Obrigatório Complementar Antropologia

Disciplinas Núcleo Obrigatório Complementar da Antropologia					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Estudos de África Pré-Colonial I	40		Não	IHL
	Estudos de África Pré-Colonial II	40		Est. Afr. PC I	IHL
	Antropologia Política	40		Não	IHL
	Antropologia da África Pós-Colonial	40		Não	IHL
	Estudos Pós-Coloniais	40		Não	IHL
	Antropologia das Populações Afro-Brasileiras	40		Não	IHL
	Antropologia das Populações Indígenas	40		Não	IHL
	Antropologia e Direitos Humanos	40		Não	IHL
	Antropologia e Meio Ambiente	40		Não	IHL
	Filosofia e Religiosidade Africana e Afro-Brasileira	40		Não	IHL
	Carga Horária Total				400 h/a

5.2.4. Disciplinas Optativas Antropologia

Disciplinas Optativas – Antropologia					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Raça, Estado e Nação	40		Não	IHL
	Raça, Gênero e Feminismo Negro	40		Não	IHL
	Movimentos Sociais, Raça e Resistência	40		Não	IHL
	Raça, Identidade, Etnicidade e Territorialidade	40		Não	IHL
	Carga Horária do Trimestre				160 h/a

5.2.5. Disciplinas Eletivas

Disciplinas Eletivas – Antropologia					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Tópicos Especiais I	40		Não	IHL
	Tópicos Especiais II	40		Não	IHL
	Tópicos Especiais III	40		Não	IHL
	Tópicos Especiais IV	40		Não	IHL
	Tópicos Especiais V	40			IHL
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	40			IHL
	Carga Horária do Trimestre				240 h/a

5.2.6. Núcleo Obrigatório de Conhecimento em Humanidades (BHU)

Núcleo Obrigatório de Conhecimento em Humanidades (BHU)					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Estrutura e Dinâmica das Sociedades Escravistas I	40		Não	IHL
	Estrutura e Dinâmica das Sociedades Escravistas II	40		Não	IHL
	Filosofia I	40		Não	IHL
	Colonização e Pensamento Antropológico I	40		Não	IHL
	Colonização e Pensamento Antropológico II	40		Não	IHL
	Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades	40		Não	IHL
	Sociologia I	40		Não	IHL
	Sociologia II	40		Não	IHL
	Cultura Afro-Brasileira	40		Não	IHL
	História das Ideias Políticas e Sociais	40		Não	IHL
	Carga Horária Total				400 h/a

5.2.7. Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB

Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Inserção à Vida Universitária	40		Não	IHL
	Sociedade, História e Cultura nos Espaços Lusófonos	40		Não	IHL
	Iniciação ao Pensamento	40		Não	IHL

	Científico				
	Tópicos Interculturais nos Espaços Lusófonos	40		Não	IHL
	Carga Horária Total				160 h/a

Núcleo Obrigatório de Conhecimento em Humanidades (cumprido ao longo do BHU)	400 h/a
Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB	160 h/a

5.2.8. Atividades Complementares e de extensão

Resumo					
	Bloco I				120
	Bloco II				120
	Bloco III				120
	Atividades de extensão				300

Carga Horária Total	660 horas
---------------------	-----------

5.2.9. Resumo da Matriz Curricular

Resumo da Matriz Curricular		
	Disciplinas Núcleo Obrigatório da Antropologia	440
	Disciplinas Complementares Núcleo Obrigatório Antropologia	400
	Disciplinas Optativas Antropologia	160
	Disciplinas Eletivas	240
	TCC	540
	Atividades Complementares	360
	Atividades de Extensão	300
	Núcleo Obrigatório de Conhecimento em Humanidades (cumprido ao longo do BHU)	400
	Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB	160
	Carga Horária Total	3000

6. FLUXOGRAMA (QUADRO ÚNICO)

FLUXOGRAMA BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA						
1º ano			2º ano			3º ano
1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	5º Trim	6º Trim	7º Trim
Teoria Antropológica I	Teoria Antropológica II	Teoria Antropológica III	Teoria Antropológica IV	Raça, Identidade, Etnicidade e Territorialidade	Raça, Estado e Nação	Língua Brasileira de Sinais
Etnografia I	Etnografia II	Etnografia III	Metodologia de Pesquisa Antropológica	TCC 1	TCC 2	TCC 3
Teoria da Diáspora I	Teoria da Diáspora II	Teoria da Diáspora III	Raça, Gênero e Feminismo Negro	Filosofia e Religiosidade e Africana e Afro-Brasileira	Antropologia e Meio Ambiente	Tópicos Especiais em Antropologia IV
Antropologia das Populações Afro-Brasileiras	Antropologia das Populações Indígenas	Antropologia e Direitos Humanos	Tópicos Especiais em Antropologia I	Tópicos Especiais em Antropologia II	Tópicos Especiais em Antropologia III	Tópicos Especiais em Antropologia V

7. Integralização Curricular (carga horária do curso)

Em cumprimento ao que estabelece a *Resolução CNE/CES Nº. 2*, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, no Brasil, e em conformidade com o que orienta o *Parecer CNE/CES nº. 136*, de 4 de junho de 2003, que trata da orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, os estudantes do Curso de Bacharelado em Antropologia com ingresso a partir de 2014 terão que cumprir a carga horária mínima de 2.440 horas, sendo 980 horas em disciplinas obrigatórias, 400 em disciplinas obrigatórias complementares, 560 horas em conhecimento de humanidades, 160 horas em disciplinas optativas, 240 eletivas e 660 horas em atividades complementares e de extensão.

Aos estudantes com ingresso a partir de 2014 exige-se a apresentação, com sucesso, perante banca de três professores, entre os quais obrigatoriamente estará o professor da disciplina TCC III, cursada pelo estudante, de um Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido sob a orientação de um professor orientador, em procedimento regulamentado pelo **Regulamento do Trabalho de Conclusão de**

Curso (TCC) estabelecido neste documento.

Os casos não contemplados nas situações acima serão estudados individualmente pela Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação do Currículo, formada pelo Colegiado do Curso de Antropologia.

7.1. Atividades Complementares e de extensão

O estudante deverá obrigatoriamente desenvolver atividades complementares na forma de atividades acadêmico-científico-culturais. Essas atividades perfazem um total de 360 (trezentos e sessenta) horas aulas e deverão ser cumpridas pelos estudantes ao longo dos trimestres letivos. Esta carga horária obedece à seguinte orientação do Conselho Nacional de Educação: “Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.” BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *RESOLUÇÃO Nº 2*, [Brasília], 18 DE JUNHO DE 2007, p. 2). Cabe destacar que o Curso de Antropologia não prevê estágio, pois no âmbito do bacharelado não se enquadra o estágio docente como formação intrínseca ao curso. Por outro lado, destacamos que o trabalho de campo como a prática inerente ao fazer antropológico consolida a formação teórico-metodológica de nosso alunado. Essas atividades deverão permitir ao estudante vivenciar, no decorrer de todo o curso, atividades diferenciadas, de forma que busque um aprofundamento em áreas de interesse e atenda a mudança expressiva no perfil estudantil como cita os Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares (SESU/MEC no. 383/2010). Dessa forma, serão consideradas no cômputo das horas as seguintes atividades, desde que reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelo Colegiado do Curso e que atendem aos princípios dos Bacharelados Interdisciplinares: prática integrada da pesquisa e extensão articuladas ao currículo, vivências nas áreas artística, humanística, científica e tecnológica, competências e habilidades adquiridas em outras formações e contextos, valorização do trabalho de equipe, entre outros (Ver SESU/MEC Portaria no. 383/2010).

E, por fim, para atender a estratégia do Plano Nacional de Educação de “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (PNE/JUNHO DE 2014), o curso exige 300h de participação de seus estudantes em projetos de extensão.

Atividade	Equivalência	CH Mínima	CH Máxi ma
Bloco I - Atividades de formação social, humana e cultural		120	
Participação em atividades artísticas e culturais	direta	-	120
Atividades esportivas	direta	-	120
Cursos de línguas estrangeiras	direta	-	120
Bloco II - Atividades de iniciação científica, tecnológica ou de formação profissional		120	
Iniciação à pesquisa — participação em programas PIBIC, (como bolsista ou voluntário) e/ou participação em Grupos de Pesquisa sediados na Unilab	60h / trimestre	-	120
Participação em programas PBIDIN e PROBTI	60h / trimestre	-	120
Apresentação de trabalhos em congressos, encontros e colóquios acadêmicos	direta	-	120
Participação na produção de publicações em jornais, revistas técnico-científicas, anais de eventos técnico-científicos	20h / trabalho	-	120
Publicação de resumos ou resumos expandidos em eventos acadêmicos	40h / trabalho	-	120
Publicação de trabalhos completos em anais de eventos acadêmicos, artigos de periódicos acadêmicos (constantes da base de dados Qualis da Capes), capítulos de livros em editora universitária ou com conselho editorial.	80h / trabalho	-	120

Participação em cursos de formação acadêmica, minicursos, oficinas e outras formas de formação acadêmica complementar	direta	-	120
Facilitação de cursos de formação acadêmica, minicursos, oficinas e outras formas de formação acadêmica complementar	4h / hora	-	120
Participação em bancas de defesa de graduação ou pós-graduação (como ouvinte)	2h / evento	-	120
Bloco III - Participação em atividades associativas e de cunho comunitário		120	
Participação em Órgãos Colegiados da Unilab	30 h / trimestre	-	120
Participação em comissões de trabalho da Unilab	20 h / comissão	-	120
Participação em entidade estudantil	40 h / trimestre	-	120
Participação em organizações da sociedade civil — participação em associações, movimentos populares, sindicatos, partidos políticos e demais organizações da sociedade civil.	40 h / trimestre	-	120
Atividades de extensão		300	
Participação em projeto ou programa de extensão (bolsista ou voluntário)	80 h / trimestre	-	300
Participação em curso ou atividades de extensão	direta	-	300
Facilitação ou monitoria de curso ou atividade de extensão	4 h / hora	-	300

7.2. Avaliação

7.2.1. Da Aprendizagem

A sistemática de avaliação da aprendizagem será feita com base nas normas estabelecidas pelo Regimento Geral da UNILAB, lembrando que o professor deve adotar um sistema de avaliação acadêmica de caráter diagnóstico baseado nos tipos de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa, conforme Resolução S/N/CONSUP de 16 de setembro de 2011.

Para obter aprovação final em cada uma das disciplinas do Curso de Bacharelado em Antropologia o estudante deverá obter Média igual ou superior a 7,0 (sete). Caso o estudante obtenha Média inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro) lhe será facultado a realização de um Exame Final.

Deve-se também avaliar a disciplina e seu desempenho, objetivando detectar falhas cometidas que serão corrigidas no planejamento da disciplina, contribuindo para a melhoria da qualidade do profissional que se pretende formar.

7.2.2. Do Currículo

O Currículo para o Curso de Bacharelado em Antropologia foi implantado em 2014.

O desenvolvimento curricular se deu por meio das seguintes etapas:

Abertura de 80 (oitenta) vagas no turno noturno;

O aproveitamento de estudos será feito através de normas a serem elaboradas pelo Colegiado de Curso, para os estudantes de currículos anteriores que optarem pelo que está sendo implantado;

Caberá à Coordenação de Curso de Bacharelado em Antropologia e ao Colegiado do Curso com a supervisão da Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação de Currículo, acompanhar a este currículo, bem como orientar estudantes e professores sobre o mesmo;

Criar-se-á um Fórum permanente de discussão do Curso, bem como a realização de encontros com estudantes, professores e egressos para verificação dos resultados alcançados;

Realizar a cada ano uma avaliação formal para detectar se há necessidade de alteração em algum dos componentes do currículo.

7.2.3. Da metodologia de avaliação do currículo

- reunião periódica os professores, agrupados por disciplinas afins, com o objetivo de avaliar a dinâmica de integração curricular;
- avaliação da elaboração e execução dos planos de curso de disciplinas de acordo com o que estabelecem as ementas definidas neste currículo;
- aplicação, ao final de cada período letivo, de um questionário de avaliação do desenvolvimento de cada disciplina ofertada;
- realização de pesquisas periódicas para detectar o grau de satisfação dos egressos com a formação recebida e sua relação com o mercado de trabalho.

8. Apoio ao Discente

De acordo com Resolução nº 008 de 23 de abril de 2014, a qual institui e regulamenta o Programa de Assistência ao Estudante – PAES destinado aos estudantes dos cursos de graduação e de acordo com a política institucional de inclusão social, bem como princípios da democratização do acesso e permanência no ensino superior, reproduzimos o conteúdo elaborado pela equipe de assistência social do PAES. O referido documento descreve as políticas de assistência estudantil, bem como reflete a importância para a avaliação institucional como parte do processo de reconhecimento.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES).

OBJETIVOS:

- Promover a inclusão social pela educação, minimizando os efeitos das desigualdades sociais na permanência e conclusão da educação superior e reduzindo as taxas de retenção e evasão.
- As diretrizes definidas no PAES convergem com a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) regulamentada pelo Decreto N. 7.234 de 19 de julho de 2010.
 - Viabilizar a oportunidade de igualdade a todos os estudantes;
 - Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Público – alvo: estudantes regularmente matriculados nos curso de graduação presencial oriundos da rede pública de educação básica e/ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Requisitos para participar do PAES: Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial da Unilab;

- Estar frequentando regularmente as aulas;
- Possuir renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio;
- Não ter sofrido sanção disciplinar;
- Não se enquadrar nas situações previstas para o cancelamento de matrícula.

Processo de Seleção:

A seleção para ingresso no PAES é de responsabilidade da COEST/Propae, que contará com apoio de Comissão de Seleção COSAPE constituída pela Portaria GR nº368, de 18 de setembro de 2012, publicada nos termos das normas institucionais.

1. Fases do Processo Seletivo: Inscrição
2. Análise documental
3. Análise socioeconômica
4. Entrevista
5. Visita domiciliar

Critérios para a Seleção:

1. Renda *per capita* do grupo familiar;
2. Situação de moradia;
3. Localização da moradia;
4. Condição do ingresso no Ensino Médio;
5. Situações de agravo de doenças no grupo familiar;
6. Renda Instável.

OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS do PAES (Art. 14 da Resolução 07/2012)

O estudante beneficiário de Auxílio(s) tem o dever de:

I – Comprovar regularmente as despesas com moradia, conforme disposto em Edital, condição essa indispensável para a garantia do repasse financeiro do Auxílio Moradia;

II – Em caso de vulnerabilidade acadêmica, entendida como desenvolvimento acadêmico inferior ao patamar satisfatório do Índice de Desenvolvimento do Estudante (IDE), vincular-se à Programas de Educação Tutoria e/ou ao atendimento do Núcleo Interdisciplinar de Acompanhamento Psicopedagógico (NIAPE), ambos sob gestão da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), conforme indicado pelas instancias competentes;

Desvinculação do PAES:

- a) Encerramento da vigência do Termo de Compromisso e não renovação da concessão do Auxílio;
- b) a pedido do estudante beneficiário, desde que formalizado junto à COEST/Propae;
- c) por trancamento, abandono ou desligamento do Curso;
- d) pelo não cumprimento das condições e exigências estabelecidas na Resolução 08/2014;
- e) quando o estudante beneficiário apresentar três ou mais reprovações no trimestre, três ou mais reprovações em uma mesma disciplina em trimestres letivos distintos, subsequentes ou não, e uma ou mais reprovações por falta; quando comprovada a aplicação de sanção disciplinar;
- g) quando comprovada que o estudante beneficiário passou a desenvolver atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, excetuando em caso de análise rigorosa de situação de vulnerabilidade socioeconômica, em situação de excepcionalidade;
- h) quando comprovada que a renda familiar per capita é superior a um salário mínimo e meio;
- i) quando comprovada a omissão de informações, falta de veracidade nas informações declaradas e/ou falsa comprovação de documentos no processo de seleção e/ou acompanhamento do Programa.

Disposições Finais

Após a divulgação do resultado final da seleção para o PAES, o candidato contemplado deverá, no período indicado, dirigir-se à COEST/Propae para sua habilitação com a assinatura do Termo de Compromisso e prestação de informações sobre conta corrente bancária ativa, em nome exclusivo do contemplado, em qualquer banco, não podendo ser conta poupança, nem conta salário.

As modalidades previstas de auxílio de acordo com o Art. 6º da Resolução 008 são:

- 1a) Auxílio moradia: concedido com o objetivo de garantir condições de residência nos municípios sede dos Campi da Unilab, cujo grupo familiar resida distante da sede do curso presencial onde o estudante se encontra regularmente matriculado (fora zona urbana dos municípios dos Campi), cujo acesso aos Campi seja dificultado pela ausência de transporte regular, pela distância ou por outros fatores devidamente justificados, com documentação pertinente;
- 2b) Auxílio Instalação: concedido com o objetivo de apoiar os estudantes beneficiários do Auxílio Moradia a proverem condições de fixação de residência nos municípios sede dos campi da Unilab, no que se refere à aquisição de mobília, eletrodomésticos, utensílios domésticos, entre outros itens especificados em edital

regular ou o defluxo contínuo;

3c) Auxílio Transporte; concedido com o objetivo de complementar despesas com transporte e apoiar no deslocamento para a Unilab, assegurando-lhes as condições para acesso às atividades universitárias;

4d) Auxílio Alimentação: concedido com o objetivo de complementar despesas com alimentação;

5e) Auxílio Social: concedido com o objetivo de apoiar estudantes em situação de elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica familiar;

6f) Auxílio Emergencial: auxílio de natureza eventual e provisória, concedido de forma excepcional em razão de situação de caráter emergencial aos estudantes cujas condições de extrema vulnerabilidade socioeconômica ponham em risco sua permanência na Universidade.

Os estudantes beneficiários do Auxílio Instalação terão até 30 (trinta) dias para apresentar documentos comprobatórios referentes à aquisição de bens que viabilizem condições para fixação de residência, conforme disposto no Art. 6º da Resolução N° 08, de 23 de abril de 2014. Para fins de aquisição de que trata o Auxílio Instalação, são entendidos como bens essenciais de mobília: cama, colchão, guarda-roupa, mesa, cadeira, armário; De eletrodomésticos: geladeira e fogão; de utensílios domésticos: panelas, talheres, pratos e copos; Outros: roupa de cama, mesa e banho. Para a aquisição de bens não relacionados no item anterior deve ser solicitada autorização da Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) por meio de requerimento próprio.

Poderá haver acúmulo de Auxílios em caso de comprovada situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, mediante análise criteriosa da Comissão de Seleção.

2. Somente poderá haver acúmulo dos Auxílios moradia e alimentação ou dos auxílios transporte e alimentação, em caso de recursos disponíveis, análise rigorosa da Comissão de Seleção e uma vez atendidos os critérios estabelecidos;

3. Os Auxílios previstos no PAES, com exceção do Auxílio Instalação, terão vigência de doze meses (12) a contar da data da assinatura do Termo de Compromisso, resguardando o direito da Unilab de atualizar os dados sempre que necessário. Decorrido esse período, o estudante poderá realizar o pedido de renovação do Auxílio, conforme for estabelecido pela CAE/Prograd.

9. Regulamento do Trabalho de Conclusão TÍTULO I

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Este Regulamento tem por finalidade estabelecer normas para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Parágrafo único - O TCC é requisito indispensável à integralização curricular.

Art. 2º – O TCC, atividade curricular integrante dos currículos do Curso de Bacharelado em Antropologia, é obrigatório. As disciplinas TCC I, TCC II e TCC III têm por objetivo proporcionar ao estudante experiência teórico-metodológica necessária à formação acadêmica. Art. 3º – O TCC será elaborado individualmente com base na matriz teórica e metodológica da antropologia e os princípios éticos e de relevância social e científica.

§ 1º O TCC terá como modalidade de produção textual a monografia.

§ 2º As produções textuais deverão seguir as normas de escrita acadêmicas estabelecidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 3º O TCC deverá obedecer às normas éticas da pesquisa científica, sendo o orientando e o orientador responsáveis pelo cumprimento desta norma. Quando necessário, após validação do projeto de pesquisa pelo orientador, o estudante deverá buscar as condições para sua execução, seja pela autorização do comitê de ética, ou por termo de consentimento livre das instituições ou sujeitos envolvidos na pesquisa.

Art. 4º – Só poderá matricular-se na disciplina TCC III o estudante concludente do Curso de Bacharelado em Antropologia.

Art. 5º – Cada orientador deverá ter, em cada período letivo, até 3 (três) trabalhos orientados. Somente em casos especiais, e conforme Projeto Político Pedagógico do curso, poderá exceder este número, desde que seja imprescindível e não comprometa a qualidade do trabalho, sob aprovação do colegiado de curso.

TÍTULO II

SEÇÃO I

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º – As disciplinas TCC I, TCC II e TCC III compreenderão atividades de Orientação, Acompanhamento e Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso.

TÍTULO II SEÇÃO II DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO TCC

Art. 7º – A estrutura funcional do TCC compreende:

- I- Colegiado de curso;
- II- Coordenador de curso;
- III- Professor-Coordenador da disciplina de TCC;
- IV- Professor orientador.

TÍTULO II SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 8º - Ao Colegiado do Curso de Bacharelado em Antropologia compete:

- I. Publicar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, o local, o horário e a data de entrega do TCC pelo estudante;
- II. Providenciar encaminhamento à Biblioteca Central de cópia do TCC aprovado, segundo as normas estabelecidas neste documento;
- III. Manter banco de dados atualizado dos Trabalhos de Conclusão de Curso aprovados, bem como *linhas de pesquisa* dos professores orientadores;
- IV. Colaborar, sempre que necessário, com o Professor Orientador, no que diz respeito aos contatos com instituições públicas, privadas e de terceiro setor a fim de viabilizar o acesso ao material de referência para a pesquisa, durante a elaboração do TCC pelo estudante.

TÍTULO II SEÇÃO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR COORDENADOR DAS DISCIPLINAS TCCs

Art. 9º – São atribuições do Professor – Coordenador do TCC:

- I- Coordenar o processo da composição das bancas examinadoras e definir o cronograma de apresentação do TCC;
- II- Orientar os estudantes sobre a sistemática normativa do TCC;
- III- Executar e/ou supervisionar as decisões administrativas e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento e das deliberações do Colegiado de Curso;
- IV- Sugerir à Coordenação do Curso medidas que visem ao aprimoramento das atividades do TCC;
- V- Auxiliar a Coordenação do Curso nas reuniões com os Professores-orientadores com vista à melhoria do processo do TCC.

TÍTULO II SEÇÃO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR DO TCC

Art. 10º – Ao Professor Orientador compete:

- I- Frequentar as reuniões pertinentes ao TCC;
- II- Orientar a elaboração do TCC em encontros periódicos, previamente agendados com o orientando;
- III- Ler e acompanhar as versões preliminares e sugerir ao estudante refazer ou completar os itens que se fizerem necessários;
- IV- Participar de bancas de apresentação de TCC para as quais estiver designado(a);
- V- Entregar ao Coordenador de TCC após a realização de cada banca examinadora todas as fichas de avaliação e a Ata assinada pelos membros da banca;
- VI- Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes ao TCC.

Art. 11º – Os Professores Orientadores serão, obrigatoriamente, do quadro docente do Instituto de Humanidades e Letras da UNILAB.

TÍTULO II SEÇÃO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTUDANTE DE TCC

Art. 11º – São atribuições do estudante em fase de conclusão de TCC:

I- Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso ou pelo seu orientador e/ou co-orientador (se houver) nos horários pré-estabelecidos;

II- Manter contatos, no mínimo mensais, com Professor Orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;

III- Cumprir os prazos estabelecidos pelo Coordenador de Curso ou Coordenador do TCC, para entrega de projetos, relatórios parciais e a versão final do TCC;

IV- Elaborar o projeto de pesquisa e a versão final do TCC de acordo com orientações do Orientador e as normas do regulamento previsto no Projeto Pedagógico do curso;

V- Submeter o TCC à avaliação prévia do Professor Orientador, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do final do período letivo visando obter deste as devidas correções e/ou sugestões;

TÍTULO II SEÇÃO VII

DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 12º – Condução da orientação do TCC

§1º. É facultada a colaboração de professor co-orientador do TCC, interno ou externo ao Curso de Humanidades, desde que indicado pelo orientador da monografia, membro do corpo docente do Curso;

§2º. Cabe ao Professor Orientador de TCC acompanhar os procedimentos da pesquisa até a redação final da monografia e garantir o caráter público da defesa do trabalho, sempre averiguando a obediência às regras éticas da pesquisa e normas da escrita acadêmica.

Art. 13º – O estudante de Bacharelado terá um orientador, escolhido entre os docentes do Curso de Antropologia, que constará de uma relação organizada anualmente pela Coordenação de Curso, sendo ouvidas as preferências do estudante.

§1º – O orientador indicado deverá manifestar prévia e formalmente a sua concordância.

§2º – De acordo com a natureza do trabalho, poderá ser designado um co-orientador para o mesmo estudante. O prazo máximo para designação e registro de co-orientação será de 3 (três) meses contados a partir do ingresso do estudante na disciplina TCC 2.

§3º – O co-orientador é definido como sendo aquele docente ou pesquisador, com título de mestre ou doutor ou equivalente, chamado a contribuir com competência complementar àquela do orientador, considerada necessária à realização do projeto acadêmico do estudante.

§4º – O professor orientador ou co-orientador poderá declinar da orientação de um

estudante em prazo limite de 30 dias antes da defesa, o que deverá ser feito através de justificativa escrita ao Coordenador do Curso.

§5º – Ao estudante é concedido o direito de pleitear mudança de orientador, mediante requerimento justificado, dirigido ao Coordenador, cabendo ao Colegiado do Bacharelado em Humanidades o julgamento do pedido.

TÍTULO III SEÇÃO I DA AVALIAÇÃO

Art. 14º - Da defesa do TCC

§1º. A defesa do TCC, que será pública, deverá ocorrer até o último dia do período letivo em que se matriculou o estudante, conforme calendário da UNILAB;

§2º. O estudante deverá entregar à Coordenação do Curso, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias anteriores à data prevista para a defesa, carta do professor orientador asseverando que o trabalho será submetido à banca examinadora, com indicação de data e horário da defesa e dos nomes dos membros que comporão a comissão examinadora;

§3º. Caberá ao estudante a distribuição da cópia final do trabalho à banca examinadora;

§4.º Caberá à Coordenação providenciar o local para a defesa, em conformidade com a data e o horário estipulados em carta prévia do orientador, a ata da defesa e a declaração de participação dos membros da banca no exame de qualificação do estudante;

§5º. Na defesa do trabalho, o estudante terá um tempo máximo de 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho, ao que se seguirá argüição pela banca examinadora, que definirá de comum acordo os procedimentos adotados.

Art. 15º - Da banca examinadora do TCC

§1º. A banca será composta dos seguintes membros:

I- professor-orientador (presidente);

Dois professores examinadores, um deles, obrigatoriamente, membro do corpo docente do Curso de Antropologia, podendo o segundo examinador ser um membro do Instituto de Humanidades e Letras, membro externo ao Instituto ou o co-orientador, quando houver;

II- a composição da banca examinadora indicará um professor suplente, pertencente ao corpo docente do Instituto de Humanidades e Letras;

§2º. Caberá ao orientador formalizar o convite aos membros da banca examinadora;

§3º. É da responsabilidade da Comissão Examinadora averiguar a obediência às regras éticas da pesquisa, cabendo comunicar por escrito à Coordenação qualquer deslize verificado;

Art. 16º - Membros da banca examinadora devem atribuir nota de avaliação, de zero a dez, ao Trabalho de Conclusão de Curso, levando-se em consideração:

I- Os aspectos relativos ao conteúdo, considerando a profundidade da pesquisa;

II- Seu aspecto redacional, considerando a linguagem, coerência e coesão textual;

III- A capacidade de análise e síntese;

IV- A relevância significativa e científica do tema;

VI- A apresentação do estudante, nos aspectos de clareza, fluência e coerência com o trabalho escrito.

§1º - Se no dia da apresentação do TCC, a Banca Examinadora considerar que o trabalho necessita de melhorias, poderá sugerir que o estudante o reapresente no prazo de 15 dias.

Art. 17º – Até 15 dias, após apresentação, o estudante deverá realizar as correções sugeridas pela Banca examinadora e entregar um exemplar do TCC à Coordenação do curso, acompanhada de uma cópia em formato digital, sendo esta, uma exigência para a diplomação do estudante.

Art. 18º - O estudante que não entregar o TCC ao Professor-orientador, no prazo por ele estabelecido, ou não comparecer para sua defesa oral na data marcada, está reprovado na disciplina relativa à orientação de TCC.

Art. 19º- Da avaliação e atribuição de notas

§1º. Para efeitos de avaliação e atribuição de nota, a banca examinadora deverá levar em consideração, quando da apreciação do trabalho, a qualidade acadêmica, o domínio apropriado da língua portuguesa, a inserção do trabalho em tema ou linha de pesquisa das Humanidades e a correta adequação entre referencial teórico-metodológico e a pesquisa empreendida pelo estudante;

§2º. Cada membro da banca deverá atribuir nota individual e nominal, que constará da ata da defesa e da folha de rosto de monografia;

§3º. A nota do TCC será resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca, variando de 0 (zero) a 10,0 (dez), sendo o 10,0 (dez) reservado aos trabalhos de excelência;

§4º. Será considerado aprovado e apto à colação de grau o estudante que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete);

§5º. Será considerado reprovado na disciplina de TCC o estudante que obtiver média inferior a 7,0 (sete) na defesa da monografia;

§6º. Toda e qualquer verificação comprovada de plágio implica em reprovação automática do estudante, cabendo ao presidente da comissão examinadora do trabalho, quando verificado o delito, apresentar relatório circunstanciado, assinado por todos os membros da banca, à Coordenação do Curso que tomará as providências cabíveis conforme legislação vigente;

§7º. É responsabilidade do professor orientador (presidente da comissão examinadora) preencher a ata da defesa e entregá-la à Coordenação do Curso, indicando a nota atribuída individualmente pelos membros da Banca, a média final do estudante e fazendo constar a assinatura dos professores membros da comissão e do estudante autor da monografia.

TÍTULO IV

SEÇÃO I DO DEPÓSITO DO TCC

Art. 20º– São norma para o depósito do TCC

§1º. Defendida e aprovada a monografia, o estudante deverá depositar duas cópias impressas e uma cópia em formato eletrônico do TCC na Coordenação do Curso.

I. O depósito deverá ocorrer até o último dia previsto no calendário da UNILAB para a realização dos exames finais do trimestre letivo em pauta;

II. As cópias impressas devem vir adequadamente assinadas pela Banca Examinadora;

§2º. Não se aceitará, em nenhuma hipótese, o depósito do TCC sem a documentação referida, incluída a ata da defesa.

Art. 21º - Qualquer documento relacionado à conclusão do Curso e à aprovação do TCC só poderá ser expedido pela Coordenação do Curso de Bacharelado em Antropologia, incluída a ata da defesa (preenchida pelo orientador) e a declaração de participação dos professores membros da Banca examinadora, com carimbo e assinatura do Coordenador do Curso.

Art. 22º - Em nenhuma hipótese será autorizado o ‘aproveitamento’ de créditos tendo em vista a dispensa da disciplina “TCC”.

TÍTULO V

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23º – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado dos Cursos de

Bacharelado em Antropologia, ouvidos o Professor Coordenador da disciplina TCC, o Professor Orientador e o Orientando.

Art. 24º – Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

10. Colegiado Do Curso De Antropologia

O Colegiado de Curso faz parte da estrutura da universidade, a qual é composta por órgãos superiores, intermediários e de base, com função deliberativa, executiva, de controle, fiscalização e supervisão, bem como por instâncias consultivas. No Art. 20 Parágrafo 3º do Estatuto da Unilab o Colegiado de Curso é um órgão de base com caráter deliberativo para assuntos acadêmicos, administrativos e disciplinares da administração básica setorial, em matéria de ensino; pesquisa e extensão. De acordo com o Art. 47. o Colegiado de Curso de Graduação é composto por:

- a) Coordenador;
- b) todos os docentes, em efetivo exercício, que ministrem disciplinas ofertadas pelo Curso de Graduação;
- c) servidores técnico-administrativos em educação da Coordenação do Curso, eleitos por seus pares, com os respectivos suplentes, na proporção de até 15% (quinze por cento) do Colegiado;
- d) discentes do curso, eleitos por seus pares, com os respectivos suplentes, na proporção de até 15% (quinze por cento) do Colegiado.

Parágrafo Único. O Colegiado do Curso reunir-se-á, ordinariamente, a cada trinta dias, e extraordinariamente por convocação de seu presidente ou por decisão de dois terços de seus membros.

É de competência do mesmo:

- I. deliberar sobre as atividades do Curso, de acordo com as normas estabelecidas pelo Consuni;
- II. fazer a coordenação e a supervisão didático-pedagógica do Curso com vistas ao seu constante aprimoramento e atualização;
- III. promover a avaliação do Curso, em articulação com os objetivos e critérios

institucionais; IV. desenvolver ações integradoras entre as demais unidades responsáveis por componentes curriculares do curso, de forma a garantir os princípios e finalidade da Universidade;

V. elaborar e aprovar o Projeto Pedagógico do Curso;

VI. elaborar e aprovar o Plano Anual das Atividades do Curso;

VII. aprovar bancas de defesa de monografias, dissertações e teses, quando couber;

VIII. aprovar programas dos componentes curriculares do curso, projetos de ensino, pesquisa e extensão, submetendo-o, em seguida, ao Conselho da Unidade Acadêmica;

IX. promover a articulação e a compatibilização das atividades e planos de trabalho acadêmicos do Curso;

X. propor e aprovar, em primeira instância, alterações no currículo do Curso, bem como a criação e extinção de componentes curriculares;

XI. avaliar as atividades de ensino ministradas nos componentes curriculares do Curso;

XII. encaminhar à Direção da Unidade Acadêmica solicitação de providências que viabilizem o seu pleno funcionamento;

XIII. planejar a oferta de componentes curriculares;

XIV. decidir sobre procedimentos referentes aos pedidos de matrícula, trancamento, transferência ou aproveitamento de estudos;

XV. deliberar sobre solicitações, recursos ou representações de alunos referentes à sua vida acadêmica.

§1º. Os colegiados de curso de Graduação e de Programas de Pós-Graduação constituem a primeira instância de decisão e apreciação de projetos e processos de interesse de docentes vinculados.

Cabe informar que até que se complete o processo de implantação do Curso de Bacharelado em Antropologia, compreendido como o trimestre letivo em que forem ofertadas as disciplinas do sétimo período, o Colegiado será composto pela coordenação e professores vinculados ao Setor de Estudos Antropológicos a no Campus da Liberdade, no âmbito do Instituto de Humanidades e Letras, e por representantes dos servidores técnicos administrativos e dos discentes, até o limite de 15% do Colegiado, cada um.

11. Coordenação do Curso de Antropologia

A coordenação do Curso de Antropologia segue as disposições do Estatuto da

Unilab que em seu Art. 50 define que as Coordenações de Cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação são responsáveis pelas atividades de formação acadêmica e gestão administrativa, em sua esfera de responsabilidade.

§ 1º. As coordenações de cursos e programas têm a responsabilidade de gerenciar os cursos e os programas com atribuições de natureza administrativa, acadêmica, institucional e política, em consonância com as definições do Regimento Geral da Unilab e das regulamentações específicas da Unidade Acadêmica (Instituto ou Campus).

§ 2º. As atividades de responsabilidade das coordenações de cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação serão realizadas pelo Coordenador, com base em decisão colegiada, nos termos do Regimento Geral da Unilab e das regulamentações específicas da Unidade Acadêmica (Instituto ou Campus).

§ 3º. As Coordenações de Cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação realizarão suas atividades em alinhamento estratégico e operacional com a Unidade Acadêmica, a missão, os princípios e os objetivos da Unilab.

§ 4º. Para todos os efeitos deste Estatuto, as coordenações de cursos de graduação presenciais e à distância e de pós-graduação stricto sensu são equivalentes.

Art. 51. O Coordenador será eleito entre os membros docentes de cada Colegiado, para coordenar as atividades do Curso de Graduação ou do Programa de Pós-Graduação e do Colegiado respectivo, com mandato de dois anos, podendo ser reeleito por igual período.

§1º. Nos processos eleitorais, poderão concorrer para o cargo de Coordenador os docentes da Unilab, com doutorado e em regime de dedicação exclusiva, que não tenham impedimento legal.

§2º. Em suas ausências e impedimentos, o Coordenador será substituído pelo docente mais antigo entre os membros do Colegiado.

A coordenação do Curso de Bacharelado em Antropologia será eleita entre seus pares para um mandato de dois anos, com uma recondução permitida, O coordenador(a) é responsável pela convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado, e por sua condução, além de ser por definição o presidente do Núcleo Docente Estruturante do curso, e membro nato do Conselho do Instituto de Humanidades e Letras.

O regime de trabalho do Coordenador será definido pelo Regimento Geral da Unilab. O Coordenador do Curso terá, sempre que viável, titulação mínima de Doutor, e experiência de ensino superior, educação profissional e gestão acadêmica de pelo menos cinco anos.

No momento em que se complete o processo de implantação do Curso de Bacharelado em Antropologia, compreendido como o trimestre letivo em que forem ofertadas as disciplinas do sétimo período

12. Núcleo Docente Estruturante

Com base na Resolução nº 15/2011 constitui-se o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de bacharelado em Antropologia como instância, autônoma e, interdisciplinar vinculada à Coordenação de Curso. O NDE é responsável pela concepção, acompanhamento, avaliação e contínua atualização do projeto pedagógico curricular devendo zelar pela consolidação do perfil do egresso do curso, pela integração curricular interdisciplinar entre as várias atividades de ensino previstas no desenvolvimento do curso, incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, e observar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.³ Na Unilab, todo curso de graduação deve ter um NDE, sob a presidência do Coordenador do Curso e outros cinco docentes, no mínimo, com liderança acadêmica, produção na área do curso e experiência de ensino. O NDE deve se reunir a cada três meses.⁴

O NDE do Curso de Bacharelado em Antropologia deve ser formado pelo Coordenador do Curso e por cinco professores comprometidos com a qualidade acadêmica, com o perfil do egresso, e também com a proposta do curso, nos termos do Parecer CONAES nº 4/2010.⁵ Os membros do NDE devem ser eleitos dentre os componentes do Colegiado do Curso, para mandatos de três anos. Devem ser, necessariamente, do quadro efetivo da Unilab em regime de dedicação exclusiva, e ter titulação mínima de Doutor. O NDE reúne-se a cada três meses e tem, entre suas atribuições, a de assegurar que as diversas componentes curriculares previstas sejam agrupadas em áreas de afinidade, a fim de se otimizar a distribuição de carga horária de ensino e a contratação de novos docentes, com vistas a assegurar a aderência dos professores aos conteúdos e metodologias exigidos em cada componente. O NDE deve refletir, na medida do possível, essas áreas de afinidade em que o curso será estruturado, assegurando-se ainda que pelo menos quatro dos seus componentes tenham formação ou produção relevante em Antropologia.

Até que se complete o processo de implantação do Curso de Bacharelado em Antropologia, compreendido como o trimestre letivo em que forem ofertadas as

³ BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Resolução nº 1/2010*.

⁴ UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Superior Pro-Tempore. *Resolução nº 15/2011*.

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Parecer nº 4/2010*.

disciplinas do sétimo período, será instituído um NDE provisório, responsável por elaborar o regimento interno, de acordo com as normas superiores,⁶ e por propor ao Colegiado a estruturação do curso em áreas de afinidade, além de suas atribuições normais.

13. Ementas do Curso

Teoria Antropológica I (40h/a)

Manifestações teóricas na formação de conhecimento antropológico “clássico” - século XIX ao início do século XX: evolucionismo (Morgan, Tylor, Frazer), sociologia compreensiva (Simmel e Weber), americana (Boas e Rivers), escolas francesa (Durkheim, Mauss, e outros) e britânica (Malinowski, Radcliffe-Brown).

Bibliografia Básica:

TYLOR, Edward B. “A ciência da cultura”. Em: Castro, C (org.) Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. RJ. Zahar Editor, 2005: 67-100.

MORGAN, Lewis H. “A sociedade antiga”. Em: Castro, C (org.) Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. RJ. Zahar Editor, 2005: 41-66.

BOAS, Franz. “As limitações do Método Comparativo da Antropologia” e “Os objetivos da pesquisa antropológica”. Em: Celso Castro (Org.) Antropologia Cultural. RJ: Jorge Zahar, 2004: 25-40; 87-109.

OLIVEIRA, R.C. (org.). A antropologia de Rivers. Campinas: UNICAMP, 1991: 51-70; 155-178.

Bibliografia Complementar

LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1994. 8ª ed.

CALVINO, Italo. Porque ler os Clássicos. São Paulo. Ed. Companhia das letras

WEBER, Max “Relações comunitárias étnicas” Em: Weber, M. Economia e Sociedade Vol. 1. Brasília: UNB, Imprensa Oficial, 2004 pp. 267-277

SIMMEL, Georg. “Indivíduo e sociedade nas concepções de vida dos séculos XVIII e XIX” In: Questões fundamentais da sociologia: Indivíduo e Sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

DURKHEIM, Émile. Durkheim, E. As formas elementares da vida religiosa. SP: Martins Fontes, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. “Introdução: objeto, método e alcance desta investigação” In: Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos

⁶ UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Superior Pro-Tempore. *Resolução nº 15/2011*.

nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural (col. "Os Pensadores"), 1978.

Teoria Antropológica II (40h/a)

Desdobramentos teóricos da antropologia na primeira metade do sec. XX: padrões de cultura e personalidade; conflito e mudança estrutural; estruturalismo; antropologia interpretativa.

Bibliografia Básica

BENEDICT, Ruth. *Padrões de Cultura*. Lisboa: Livros do Brasil (col. "Vida e Cultura", 58), s/d.

MEAD, Margaret. "Os Tchambuli habitantes do Lago", "A padronização do temperamento sexual" e "conclusão" Em: *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1988: 229-276; 293-304.

EVANS-PRITCHARD, E.E. Os Nuer. "Introdução" e "Interesse pelo gado" Em: *Uma descrição de modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. SP: Perspectiva, 1993: 5-60.

LEACH, E. R. "Parte 1: o problema e seu cenário" e "Conclusão" Em: LEACH, E. R. *Sistemas políticos na Alta Birmânia. Um estudo da Estrutura Social Kachin*. SP: EDUSP, 1996: 65-121; 321-333.

Bibliografia complementar

LEVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982. 2ª ed.

LEVI-STRAUSS, Claude. "Linguística e Antropologia", "A eficácia simbólica" e "A noção de estrutura em etnologia" Em: Lévi-Strauss, C. *Antropologia Estrutural I*. RJ: Tempo Brasileiro, 1970: 85-100;215-236;313-360.

LEVI-STRAUSS, Claude. "A Gesta de Asdiwal" Em: Lévi-Strauss, C. *Antropologia Estrutural II*. RJ: Tempo Brasileiro, 1970: 152-205.

GEERTZ, Clifford. "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura". Em: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989:13-44.

GEERTZ, Clifford. "Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. Em: Geertz, Clifford *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997: 85-107.

GEERTZ, Clifford. 2001. "A situação atual" Em Geertz, Clifford *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 86-130.

Teoria Antropológica III (40h/a)

Temas e abordagens centrais em estudos contemporâneos, que se desenvolveram a partir das décadas de 1950/1960 até momentos mais atuais: sistemas simbólicos, ritos

de passagem e dramas sociais, sociabilidade e interação social, hierarquia e individualismo, história e estrutura, sistemas globais e fluxos, debates em torno dos conceitos de sociedade e cultura.

Bibliografia Básica

KUPER, Adam “Introdução: Guerras culturais” Em: Kuper, Adam *Cultura: A visão dos antropólogos*. SP:EDUSC, 2002:21-42

DOUGLAS, Mary “Introdução”, “1. Impureza ritual”, “2. Profanação secular”, “3. As Abominações do Levítico” Em: *Pureza e Perigo*. SP:Perspectiva, 1976:11-74.

VAN GENNEP, Arnold “VI. Os ritos de iniciação” e “X. Conclusões” Em: Van Gennep, A. *Os Ritos de Passagem*. RJ: Vozes, 1978: 70-103; 157-161.

TURNER, Victor “Os símbolos no ritual ndembu” Em: *Floresta de Símbolos. Aspectos do Ritual Ndembu*. RJ: EdUFF, 2005:49-82

Bibliografia complementar

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro “Luzes e sombras no dia social: o símbolo ritual em Victor Turner” In: *Horizontes Antropológicas*. Vol. 18, no. 37 Porto Alegre, Jan/June 2012.

_____. “Drama social: notas sobre um tema de Victor Turner”. *Cadernos de campo*. Ver referência Caderno de Campo. São Paulo, n16, 2007: 1-304.

GOFFMAN, Erving. 1988[1963]. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, p. 7-136.

DUMONT, Louis. 1985. “A comunidade antropológica e a ideologia” In:_____. *O individualismo*. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, p. 201-236.

VELHO, Gilberto. “Goffman, mal-entendidos e os riscos interacionais” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, 68, 2008:145-148.

TURNER, Victor “Dramas sociais e metáforas rituais” Em: *Dramas, Campos e Metáforas*. RJ: EdUFF, 2008: 19-54.

Teoria Antropológica IV (40h/a)

Novos temas e problemas da antropologia brasileira: patrimônio material e imaterial; gênero, corpo e sexualidade; movimentos sociais na contemporaneidade; Estado e violência; antropologia da África.

Bibliografia Básica

LIMA, Manuel Ferreira *et alli* *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

BAIROS, L. *Nosso feminismo revistado* *Revista Estudos Feministas*, UFRJ, vol. 3, n. 2, 1995.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta. Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

TRAJANO FILHO, Wilson. A África e o movimento: reflexões sobre os usos e abusos dos fluxos. In: DIAS, Juliana & LOBO, Andréa. África em Movimento. Brasília: ABA Publicações, 2012, p.23-45.

Bibliografia complementar

FONSECA, Maria Cecilia Londres Patrimônio em processo – trajetórias da Política Federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 2005

PASSOS, Elizete et alli Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares. Salvador, UFBA, NEIN, 1998.

MACEDO, João Paulo. A Invenção da “Juventude Violenta”. Análise da elaboração de uma política pública. RJ, LACED:E-Papers, 2009.

VIANNA, Adriana e Farias, Juliana. A Guerra das Mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu, 37. Campinas: jul-dez 2011

DIAS, Juliana B. Mornas e Coladeiras de Cabo Verde: versões musicais de uma nação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2004.

MARQUES, Diego Ferreira. O carvalho e a mulemba. Angola na narrativa colonial portuguesa. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Omar Ribeiro Thomaz.

Etnografia I (40h/a)

A etnografia como esforço teórico-metodológico da Antropologia. Leituras de etnografias clássicas.

Bibliografia Básica

FRAZER, James. O Ramo de Ouro. RJ. Guanabara Koogan, 1982.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva: a forma e razão da troca nas sociedades primitivas”. Em Sociologia e Antropologia. V. II. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974:37-184.

MALINOWSKI, Bronislaw. “Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia”. São Paulo: Abril Cultural (col. “Os Pensadores”), 1978.

GEERTZ, Clifford. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

Bibliografia complementar

FELDMAN-BIANCO, Bela, org. *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, pp. 159-194.

Gluckman, Max "O material etnográfico na Antropologia Social inglesa", em *Desvendando Máscaras Sociais*, Editora Francisco Alves, 1975.

EVANS-PRITCHARD, E. E. "Trabalho de campo e tradição empírica" *Antropologia Social*. Lisboa, Edições 70, 2011

EVANS-PRITCHARD, E. E. "Primícias do desenvolvimento teórico" *Antropologia Social*. Lisboa, Edições 70, 2011

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1998.

Etnografia II (40h/a)

A etnografia como esforço teórico-metodológico da Antropologia. Leituras de etnografias de meados do séc. XX, que acompanharam os desdobramentos teóricos da disciplina.

Bibliografia Básica

BENEDICT, Ruth O crisântemo e a espada. SP: Perspectiva, 2006

EVANS-PRITCHARD, Edward. 2004. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 243-255.

GEERTZ, Clifford. "Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa". Em: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989: 278-321.

GLUCKMAN, Max "O material etnográfico na antropologia social inglesa" Em: GUIMARÃES, Alba Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

Bibliografia complementar

VELSEN, J.Van. "A análise situacional e o método de caso desdobrado" In: FELDMAN-BIANCO, Bela, org. *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. pp. 345-374.

BARNES, J. A. "Redes sociais e processo político" In: FELDMAN-BIANCO, Bela, org. *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. pp. 159-194.

EVANS-PRITCHARD, Edward. 2004. "Apêndice 4 – Reflexões sobre o trabalho de campo" Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 243-255.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto O trabalho antropológico. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1998.

PEIRANO, Mariza. A Favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

WEBER, Florence. 2009. "A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo?" *Horizontes Antropológicos* 32:157-170, jul./dez. 2009.

Etnografia III (40h/a)

A etnografia como esforço teórico-metodológico da Antropologia. Leituras da

antropologia contemporânea que apontam os diversos estilos de produção e reflexão etnográficas.

Bibliografia Básica

BERREMAN, Gerald D. "Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia". In: GUIMARÃES, Alba Zaluar, org. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editara, 1975. pp. 123-174.

BOURDIEU, Pierre "O observador observado", "Estrutura, *habitus* e práticas" e "A ação do tempo e o tempo da ação" Em: *Esboço de uma teoria da prática*. Portugal: Celta Editora, 2002: 137-144; 163-185; 227-236.

CLIFFORD, James "Sobre a autoridade etnográfica" Em CLIFFORD, James A experiência etnográfica: antropologia e literatura do século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998: 17-62.

GOFFMAN, Erving "Prefácio"; "Representações"; "Conclusão" In:____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1975 pp. 7-8; 11-75; 218-233.

Bibliografia complementar

SAHLINS, Marshall.. "O 'Pessimismo Sentimental' e a Experiência Etnográfica: Por que a Cultura Não é um 'Objeto' em Via de Extinção". *Mana. Estudos de Antropologia Social* 3 (1): 41-73; *Mana. Estudos de Antropologia Social* 1997 3 (2): 103-150.

SAHLINS, Marshall "4. Capitão James Cook ou o Deus Agonizante" *Ilhas de História*. RJ: Zahar, 1990: 7-22, 140-171.

LEIRIS, Michel. *A África fantasma*. São Paulo: Cosac Naify. 2007 [1934].

MAGNANI, José Guilherme C.. "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole". In J.G. Magnani & Lilian de Lucca Torres (orgs). *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp, 1996 pp. 12-53.

CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

WHARTON, Edith. *A Época da Inocência*. São Paulo: Record, 2011.

Metodologia de Pesquisa Antropológica (40h/a)

Novos olhares sobre a ciência; por uma perspectiva teórica da pesquisa antropológica; Métodos, diálogos e polifonia; Uso de imagens; oficinas de monografia.

Bibliografia Básica

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. 1976. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes. P. 11-34; 173-241.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Revista Sociedade e Cultura*. V. 10, n.1 Goiânia: DCS, FCHF, UFG, 2007

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto O trabalho antropológico. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1998.

CARVALHO, José Jorge O olhar etnográfico e a voz subalterna. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, UFRGS, IFCH, PPGAS, 2001.

Bibliografia complementar

CLIFFORD, James "Sobre a autoridade etnográfica" Em CLIFFORD, James A experiência etnográfica: antropologia e literatura do século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998: 17-62.

LATOURET, Bruno & WOOLGAR, Steve. 1997. *A vida de laboratório*. A produção de fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. P. 9-100.

WHITE, William Foote 1973 - "On the evolution of Street Corner Society" In:____. *Street Corner Society*. The Social Structure of an Italian Slum. Chicago/London, The University of Chicago Press, Appendix. pp. 279-358.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. "Ser afetado". Cadernos de Campo 13 :155-161.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Código de ética do antropólogo. Disponível em <www.abant.org.br>.

FLEISCHER, Soraya; Patrice Shuch (orgs.). Ética e regulamentação na pesquisa antropológica. Brasília: Ed. UnB, 2010.

Estudos Pós-coloniais (40h/a)

Estudos emergentes no contexto das descolonizações no pós 2ª Guerra Mundial: eurocentrismo, imperialismo, transnacionalização e transculturação, cultural studies, interdisciplinaridade.

Bibliografia Básica

SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

CLIFFORD, James. *A Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, n. 34, p. 197-221, 1991.

Bibliografia complementar

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In: RAMALHO, Ma. Irene e RIBEIRO, Antônio Sousa. *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento, 2001. (Vol 08 de *A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização*).

L'ETOILE, Benoîte; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Ligia. (org.) *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará: FAPERJ, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CABRAL, Manuel Villaverde. Forças centrífugas e forças centrípetas nas relações entre os países de Língua Portuguesa. Revista Travessias. Associação de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. n. 01/1999. Rio de Janeiro, setembro de 2000.

LEITE, Ana Mafalda. Literaturas Africanas e formulações pós-coloniais. Lisboa: Colibri, 2003

MIGNOLO, Walter D. Histórias Locais / Projetos Globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

Raça, Estado e Nação (40 h/a)

Processos de Formação do Estado-Nação e outras relações internéticas e nacionais. Estados multiculturais e plurinacionais. Reconhecimento da colonialidade e das dimensões territoriais da política e do Estado. Nações e Nacionalismo.

Bibliografia Básica

ANDERSON, Benedict. Imagined Communities. London, Verso, 1983 “Introdução”.(há versão em Português)

BOURDIEU, Pierre. “Esprits d’État. Genèse et structure du champ bureaucratique” In _____. Raisons pratiques. Sur la théorie de l’action. Paris, Seuil, 1994 (há versão em português)

ELIAS, Norbert. “Processos de formação de Estados e construção de nações”. In: _____. Escritos & ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública. Organização e apresentação Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006 [1972].

FALOLA Toyin. 2004. Nationalism and African Intellectuals. University of Rochester Press. Cap. 1: “Modern Intellectuals”: Values and Vision”, e Cap. 2: “The National Sentiment’: Ideologues of Cultural Nationalism”, pp 3-95.

Bibliografia complementar

GEERTZ, Clifford. 1980. Negara: O Estado Teatral no século XIX. Lisboa: Difel, pp. 13-21 (Bali e o Método Histórico); 23-39 (Definição Política: as fontes da ordem); e 153-172 (Bali e a Teoria Política).

HOBBSBAWM, E.J. Nações e Nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1990.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence - “Introdução” in A Invenção das Tradições. E. Hobsbawn & T. Ranger (editores).

MINTZ, Sidney W. Caribbean Transformations. Cap. 11: “Caribbean nationhood: an Anthropological Perspective.” Chicago: Aldine Publishing Company. 1974.

WEBER, Max. A política como vocação. In Ciência e Política. Duas Vocações. São Paulo: Cultrix, pp. 55-124. 1970 [1918]

WEBER, Max.. Economia e Sociedade. Brasília, Ed. UnB. 1991

Tópicos Especiais I, II, III, IV e V

Disciplinas eletivas a serem cursadas no Curso de Bacharelado em Humanidades, sendo de conteúdo flexível, ementa aberta à uma adaptação às necessidades discentes.

Disciplina: Estudos da África Pré-colonial I

Ementa: Abordar as civilizações africanas pré-coloniais antes da influência estrangeira.

Bibliografia Básica

BÂ, Hampaté A. A tradição viva. In: *História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África*. Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2ª ed. rev. - Brasília: UNESCO, 2010.

CHUKWUDI EZE, Emmanuel (ed.). *Pensamiento Africano: Ética y política*. Barcelona: Bellaterra, 1998.

DIOP, Cheik Anta. *Origem dos antigos egípcios*. In: UNESCO. *História Geral da África*. V. II. Cap. 1.

GRIAULE, Marcel. *Dios de Agua*. Barcelona: Alta Fulla, 2000.

Bibliografia complementar

KI-ZERBO, Joseph. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra. In: _____ (Ed.). *História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. 2 ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 383-399.

UNESCO. *História Geral da África*, II e III. Brasília: UNESCO, 2010.

EUSTÁQUI, Vitor. *Desafios epistemológicos em Estudos Africanos: Da colonialidade do poder às epistemologias descoloniais*. Paper submetido em Março de 2011 e aprovado em Junho de 2011 pela comissão científica do curso de doutoramento em Estudos Africanos do ISCTE-IUL, Lisboa. Disponível em: file:///C:/Users/Basilele/Downloads/EA_DesafiosEpistemologicos-libre.pdf

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tomo II. Do século XIX até nossos dias. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MAZRUI, A. Ali & AJAYI, J.F. Ade. "Tendências da filosofia e da ciência na África". In: MAZRUI, Ali. A. (ed.). *História Geral da África*, Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010, p.761-815.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tome I (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

Disciplina: Estudos da África Pré-colonial II

Ementa: Abordar as sociedades africanas pré-coloniais sob-influência da presença estrangeira "não africana": asiática (chinesa, indiana...) e europeia.

Bibliografia Básica

KHALDUN, Ibn. *Os Prolegômenos ou filosofia social*. São Paulo: Safady, 1960.

MAZRUI, A. Ali & AJAYI, J.F. Ade. "Tendências da filosofia e da ciência na África". In: MAZRUI, Ali. A. (ed.). *História Geral da África*, Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010, p.761-815.

MUNDIMBE, V. Y. *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the order of knowledge*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press/ London: James Curry, 1996.

MUDIMBE, V. Y. *A invenção da África*. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde: Edições Pedagogo, 2013.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

Bibliografia complementar

CURTIN, Philip D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. In: KI-ZERBO, Joseph. "Introdução geral". In: IDEM (Ed.). *História Geral da África*, I: Metodologia e pré-história da África. 2 ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 37-58.

HAMDUN, Said; KING, Noël. *Ibn Battuta in Black Africa*. Londres: 1994.

KI-ZERBO, Joseph. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra. In: _____ (Ed.). *História Geral da África*, I: Metodologia e pré-história da África. 2 ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 383-399.

MUDIMBE, V. Y. *A Ideia de África*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2014, 284 p.
M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tome 1 (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

_____. *África negra: história e civilizações*. Tomo I. Do século XIX até nossos dias. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

Disciplina: Antropologia da África pós-colonial

Ementa: Estudos Africanos: consolidação das Ciências humanas e sociais em África pós-colonial. O intelectual africano perante a crise social. Diálogo crítico entre intelectuais africanos do período das independências e da pós-independência. Questões sociais, políticas, econômicas, etc. da África contemporânea.

Bibliografia Básica

BALANDIER, Georges. "A Noção de Situação Colonial". In: *Cadernos de Campo* nº 3 USP, São Paulo: 1993.

CHUKWUDI EZE, Emmanuel (ed.). *Pensamiento Africano: Ética y política*. Barcelona: Bellaterra, 1998.

ADESINA, Jimi. "Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e gênero

na academia”. In: CRUZ e SILVA, Teresa; COELHO, João Borges; SOUTO, Amélia Neves. Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: *Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas. (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança)*. Dakar, CODESRIA, 2012. <<http://www.codesria.org/spip.php?article1611&lang=en>>

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Trad. De José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Bibliografia Complementar

COPANS, Jean. “Da Etnologia à Antropologia”. In: _____ (org). *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Ed 70, 1971. (p.11-45)

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

GEERTZ, Clifford. ***A Interpretação das Culturas***. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

GOODY, Jack. *Domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

MBEMBE, Achille. *As formas Africanas de Auto-Inscrição*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, n. 1, 2001, pp. 179-209.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Disciplina: Antropologia da Política

Ementa: As origens e fundamentos do poder político. Processos de formação dos sistemas políticos. Relações e poder e comportamento simbólico. Organização política em sociedades sem estado.

Bibliografia Básica:

BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. São Paulo: EDUSP/Difusão Européia do Livro, 1969.

EVANS-PRITCHARD, E. & FORTES, M. *Sistemas políticos africanos*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1981.

LEACH, Edmund. 1996. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo:

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. Porto: Afrontamento, 1975.

Bibliografia Complementar:

EVANS-PRITCHARD, Evans. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998

BALANDIER, Georges. *A desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martin Fontes, 2000.

GEERTZ, Clifford. *Definição política: as fontes da ordem. Negara: o estado-teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: UNB, 1980.

Disciplina: Filosofia e Religiosidade Africana e Afro-Brasileira

Ementa: A filosofia Africana, Ancestralidade e a religiosidade de matrizes Africanas como fatos socioculturais presentes nas sociedades Africanas e brasileiras. E apresentação das religiões de matrizes Africanas na perspectiva histórico-social promovendo abordagens sobre a resistência da população negra e indígena e o fenômeno atual da intolerância no Brasil.

Bibliografia Básica:

BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia: rito nagô*. São Paulo: Cia das Letras, 2001;

MBITI, JOHN, S. *African Religions and Philosophy*. Heinemann, 2^{ed.} 2008.

RODRIGUES Nina. *Os Africanos no Brasil*. 4 ed.. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

ZAHAN, Dominique. *Religion, spiritualité et pensée africaines*. Paris: Payot. 1970.

Bibliografia Complementar:

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil: Contribuição a uma Sociologia das Interpretações de Civilizações*. Trad. Maria Eloisa Capellato e Olívia Kranhenbuhl São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985.

MBITI, John. *Introduction to African Religion*. Second Edition.1988.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e Papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

WIREDU, Kwasi (ed). *A Companion to African Philosophy*. Blackwell Publishing, 2006.

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RAMOS, Arthur. *As culturas negras no novo mundo*. 4^a ed. São Paulo: Nacional, 1979.

ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

Análise sobre Direitos Humanos como Categoria de Pensamento Antropológico. Problematização do fazer antropológico em contextos sociais. Análise de Estudos Etnográficos na interface entre direitos humanos e eixos temáticos diversos.

Referências Básicas:

FONSECA, Claudia et al.(Orgs.). Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004

NOVAES, Regina. KANT DE LIMA, Roberto. (Orgs.) Antropologia e Direitos Humanos. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001.

SILVA, Gláucia (org.). Antropologia Extra Muros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. Brasília: Paralelo 15, 2008.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. (Org.).Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/Brasília. Contra Capa/LACED/ABA, 2012

Referências complementares:

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. 9 edição. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir. Escrever. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 2000.

FERREIRA, Jaqueline. SCHUCH, Patrice (org.). Direitos e Ajuda Humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2010.

NOVAES, Regina. Direitos Humanos: temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

Teoria da Diáspora I

Estudo das Teorias clássicas da diáspora africana. Estudo dos primórdios do pensamento sócio-antropológico negro que constitui um pensamento social afrocêntrico. Compreensão dos contextos históricos que impulsionaram o surgimento do pensamento afrocêntrico na diáspora.

Bibliografia Básica:

Asante, Molefi Kete. *Kemet, Afrocentricity and Knowledge*. Trenton, N.J.: Africa World Press, 1990.

Du Bois, W. E. B. *As Almas da Gente Negra*. Rio de Janeiro, Lacerda Ed. 1999.

Herkovitz, Melville. *The Myth of the Negro Past*. New York. Harper, 1941.

Padmore, George. *Pan Africanism or Communism*. Garden City: Doubleday, 1971.

Bibliografia Complementar:

Anderson, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

Clifford, James. Diasporas. *Cultural Anthropology* 9(3). 1994.

Gordon, T. and Anderson, M. The African Diaspora: towards and ethnography of diasporic identification. *Journal of American Folklore* 112(445), 1999.

Hall, Stuart. Fundamentalismo, Diáspora e Hibridismo. *In: A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2006. p. 91-97.

Lopes, Carlos. Amílcar Cabral como promotor do Panafricanismo. Praia, 2013. Disponível em http://www.uneca.org/sites/default/files/lopeswritings/pdfs/amilcar_cabral_como_promotor_do_pan-africanismo.pdf

Nascimento, Abdias do (2002). O Brasil na mira do pan-africanismo. Salvador: CEAO/EDUFBA.

Teoria da Diáspora II

Estudo das teorias contemporâneas da diáspora africana. Introdução ao estudo do pensamento sócio-antropológico negro que constitui um pensamento social afrocêntrico, a partir de estudos africanos e africanistas.

Bibliografia básica:

Alpha, I. Sow. Negritud e Identidad cultural Negro-Africana. *In: Moreno, Nuria F. Antropología y Colonialismo en Africa subsahariana. Textos Etnográficos*. Madrid, Editorial Universitaria, Ramón Areces, 2009.

Fanon, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador, EDUFBA, 2008.

Gilroy, Paul. Atlântico Negro. São Paulo, Editora 34, 2001.

Hall, Stuart. Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais (parte 1). Belo Horizonte, Ed. UFMG; Brasília, UNESCO, 2003.

Bibliografia Complementar:

Apiah, Kwame A. Na Casa de Meu Pai. África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

Copans, J. (*et alii*). Antropologia: Ciências das Sociedades Primitivas? Lisboa, São Paulo. Edições 70, Livraria Martins Fontes.

Feldmann-Bianco, Bela (org) Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos. São Paulo, Global Editora, 1987.

Hall, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro, DP&A

Editoras, 2006 (11ª ed).

Moore, Carlos. África que incomoda. Sobre a Problematização do Legado Africano no Cotidiano Brasileiro. Ed. Nandyala, São Paulo, 2011.

Trouillot, Michel-Rolph. Silencing the Past. Power and the Production of History. Boston, Beacon, 1995.

Teoria da Diápora III

Estudo das principais teorias antropológicas da diáspora em várias regiões (América Latina e Caribe, Estados Unidos e Europa). Compreensão dos conceitos de “crioulidade”, “mestiçagem”, “hibridismo” e “multiculturalismo” vis-à-vis as teorias clássicas e contemporâneas e as realidades latino-americana, caribenha, europeia e norte-americana.

Bibliografia básica:

Appyah, Kwane A. Mi Cosmopolitismo. Katz Editores; CCCB. Barcelona, 2008.

Bastide, Roger. As Religiões Africanas no Brasil. Contribuição a Uma Sociologia das Interpenetrações de Civilizações. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1992.

Mintz, Sidney e Price, Richard. O Nascimento da Cultura Afro-Americana. Uma Perspectiva Antropológica. Rio de Janeiro, Pallas Editora e Centro de Estudos Afro-Brasileiros. 1992.

Matory, J. Lorand. Jeje: Repensando Nações e Transnacionalismo. Mana, 5(1), 1997.

Bibliografia Complementar:

Goudreau, Isar. La Semantica Fugitiva: “raza”, color y vida cotidiana en Puerto Rico. Revista de Ciencias Sociales (Nueva Epoca) 9. 2000.

Stolcke, Verena. Racismo y Sexualidad en la Cuba Colonial. Madrid, Sociedad Quinto Centenario. Alianza, Cop. 1992.

Trouillot, Michel-Rolph. Culture on the Edges: creolization in the plantation context. Plantation Society America 5(1) 1998.

Wade, Peter. Raza y Etnicidad en Latinoamerica. Ediciones Abyayala. Ecuador, 1997.

Waquant, Loïc. As Duas Faces do Gueto. São Paulo, Boitempo, 2008.

Yelvington, Kevin. The Anthropology of Afro-Latin America and the Caribbean: Diasporic Dimensions. Annual Review of Anthropology, 30: 227-60. 2001.

ANTROPOLOGIA DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS

Conceitos e debates. Estudo do campo antropológico que se dedica aos estudos de populações indígenas. Abordagem teórica e conceitual.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA FILHO, J. P (Org). Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998.

_____. Antropologia Histórica dos Índios do Nordeste brasileiro. 1ed.Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A Inconstância da Alma Selvagem. São Paulo: Cosac Naify

MONTEIRO, Paula. Deus na aldeia - missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006

Bibliografia complementar

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* [online]. 1997, vol.3,

CARVALHO, Maria Rosário et al (Orgs.). Negros no Mundo dos Índios - imagens, reflexos, alteridades. 1ed.Natal: Editora da UFRN, 2011

MONTEIRO, John Manuel. As "Raças" Indígenas no Pensamento Brasileiro do Império. In: Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1996, pp. 15-22

OLIVEIRA FILHO, J. P. A Presença Indígena no Nordeste: Processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. 714p .

_____. Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. Disponível em:
http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf

ANTROPOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Análise das dimensões teórica e políticas da relação antropologia e meio ambiente. Abordagem crítica de temas ambientais e paradigmas sobre etnodesenvolvimento, conservacionismo e sustentabilidade.

Bibliografia Básica

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela et al.(Orgs.) Enciclopédia da floresta. São Paulo: Companhia das Letras., 2002.

FOLADORI, Guillermo and TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana* [online]. 2004, vol.10, n.2

SAHLINS, Marshall. 1966. "A cultura e o Meio Ambiente: O Estudo da Ecologia Cultural" In: *Panorama da Antropologia*, pg. 100-110. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

WALDMAN, Maurício. Antropologia e Meio Ambiente. *Sério Meio Ambiente* nº 6, São Paulo, Senac, 2011

Bibliografia Complementar

DIEGUES, A. 2001. *O mito moderno da natureza intocada*. 3 edição, São Paulo: Hucitec

NEVES, Walter Alves. 1996. *Antropologia ecológica; Um olhar materialista sobre as sociedades humanas*. São Paulo: Cortez.

VIERTLER, R. B. 1988. *Ecologia Cultural. Uma Antropologia da Mudança*. São Paulo, Ática.

ANTROPOLOGIA DAS POPULAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS

Apresentar a constituição do campo formativo da temática no Brasil no século XX. Revisitar obras e conceitos fundantes do campo disciplinar do período em foco. Explicitar os debates teóricos e políticos pertinentes ao tema.

Bibliografia Básica

CAMPOS, Maria José. Arthur Ramos: luz e sombra na antropologia brasileira. Rio de Janeiro, Edições Biblioteca Nacional, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca – volume 1; no limiar de uma nova era – volume 2*, Globo, 2008..

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, Raças e Democracia: capítulos 1, 3 e 5. São Paulo, Editora 34, 2002.

SANSONE, Livio. PEREIRA, Cláudio Luiz. Projeto UNESCO no Brasil : textos críticos - Salvador : EDUFBA, 2007.

Bibliografia Complementar

ALBERTI, Verena. PEREIRA, Amílcar Araújo. (Orgs.) Histórias do Movimento Negro no Brasil. Rio de Janeiro, Pallas/CPDOC/FGV, 2007.

BASTIDE, Roger. *Imagens do Nordeste Mítico em Branco e Preto*. Rio de Janeiro, Editora O Cruzeiro, 1945.

RAÇA, GÊNERO E FEMINISMO NEGRO

As interrelações entre as categorias de Gênero e “Raça”. Análise do movimento social feminista e negro. Abordagem conceitual.

Bibliografia Básica

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo, Selo Negro Edições, Coleção Consciência Negra em Debate, 2011

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajatória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nandyala, 2008.

RATTS, Alex. *Eu Sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, IMMESP, 2007.

SUÁREZ, Mireya. *Desconstrução das Categorias “Mulher” e “Negro”*. Brasília, Série Antropologia, nº 133, 1992. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie133empdf.pdf>

Bibliografia complementar

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de Gênero*. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473->

GOMES, Nilma Lino. *Corpo e Cabelo como Símbolos da Identidade Negra*. 2002. Disponível em: http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:V_dWYw23SB0J:www.rizoma.ufsc.br/pdfs/

Gonzalez, Lélia. *Feminismo Negro in: Extratos de Mulher Negra, 1984* Extratos Entrevista *Jornal do MNU*, nº 19, maio/junho/julho 199. Disponível em: www.leliagonzalez.org.br

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *Mulher Negra, Homem Branco*. São Paulo, Pallas, 2004.

SCOTT, J. A. *Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez. 1990

WERNECK, Jurema (org.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Jurema Werneck, Marilena Agostini e Maria Cecília MacDowell dos Santos. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2002

SITE: Feminist Africa. "Intellectual Politics." *Feminist Africa* (2002). Available at

<http://www.feministafrica.org>. First issue of an electronic journal.

MOVIMENTOS SOCIAIS, RAÇA E RESISTÊNCIA

Apresentar o debate teórico e político que envolve as organizações do movimento negro em contextos diaspóricos. Analisar as interrelações temáticas entre “Raça” cidadania, lutas sociais, direitos humanos e justiça.

Bibliografia Básica

ALBERTI, Verena. Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Fundação Getúlio Vargas Cpdoc, 2007

FERNANDES, F. Significado do protesto negro. São Paulo, Cortez, 1989.

HANCHARD, Michael George. Orfeu eo poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Eduerj, 2001.

GUIMARÃES., Antonio S. Alfredo. Resistência e Revolta nos 1960: Abdias do Nascimento. NASCIMENTO, Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Resistencia%20e%20revolta%20nos%201960%20-%20Abdias%20do%20Nascimento.pdf>.

Bibliografia complementar

FONSECA, Dagoberto. Políticas Públicas e Ações Afirmativas. São Paulo, Selo Negro Edições, Coleção Consciência Negra em Debate, 2011

GOHN, Maria Glória (org.). Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. LARKIN, Elisa. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. GUIMARÃES, AS; HUNTLEY, L.(orgs.), 2000

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade. SP: Cortez

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “Raça” em Sociologia. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, jan/jun. 2003, p. 93-107.

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicada da Faculdade de Educação, nº 5, 2004.

RAÇA, IDENTIDADE, ETNICIDADE E TERRITORIALIDADE

Abordagem dessas categorias como análise e crítica social. Análise das interrelações temáticas em contextos sociais.

Bibliografia Básica

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. *Estud. afro-asiáticos.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003.

BARTH, Fredrik. POUTIGNAT, Philippe, Jocelyne Streiff-Fenard. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Editora FGV, 2002.

Araújo Pinho, Osmundo e Livio Sansone (Org.) Raça: novas perspectivas antropológicas. Salvador, EDUFBA, 2008.

Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 43-81, 2002

Bibliografia complementar

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos". *Horizontes antropológicos*, v. 7, n. 15, p. 209-235, 2001.

CHOR MAIO, Marcos. SANTOS VENTURA, Ricardo. (Orgs.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1995

DE BARCELLOS, Daisy Macedo. Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade. Editora da UFRGS, 2004.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I: elaboração de projeto

Formulação de um problema de pesquisa. Estrutura, argumentação e justificação de um projeto de pesquisa. Redação de um projeto de investigação.

Bibliografia Básica:

DINIZ, Débora. Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília, Letras Livres, 2011.

MINAYO, Maria Cecília et al. Pesquisa Social, Teoria, Método e Criatividade.

Bibliografia complementar:

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2008.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. Disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao11-artigos/248-o-que-e-fazer-etnografia-para-os-antropologos>

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II: Teoria e Prática em pesquisa em campo; Registro e tratamento dos dados empíricos. Subsídios teóricos e metodológicos necessários à pesquisa etnográfica.

Bibliografia básica

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GEERTZ, Clifford. Obras e vidas. O antropólogo como autor. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002.

QUEIROZ, M. I. P. . O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. Textos Ceru, São Paulo, n. 3, 1992.

THIOLLENT, Michel J. M. . Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo, 3ª edição, Editora Polis, 1982

Bibliografia complementar

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica. A prática de fichamentos, resumos, resenhas. Atlas, 2009

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2008

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III: pesquisa de campo, elaboração e apresentação da monografia. Elaboração do TCC em regime tutorial.

Não tem bibliografia.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Diretrizes Gerais da UNILAB.

https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Diretrizes+Gerais+UNILAB+. Acesso em: 02/10/2014.

Estatuto da UNILAB. Disponível em: http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/Estatuto-Unilab_ aprovado-no-Consuni_Nilma-Lino-Gomes.pdf. Acesso em: 02/10/2014.

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UNILAB. Disponível em: http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/PDI-PRELIMINAR_Vs_21.pdf. Acesso em: 02/10/2014.

Plano Diretor (*MASTERPLAN*) UNILAB –.Conceitos e Proposições Orientadoras para o Desenvolvimento Projetual. Novembro/2012

Resolução 15/2011 da UNILAB. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2012/09/RES-N%C2%BA-15-2011-Cria%C3%A7%C3%A3o-do-N%C3%BAcleo-Docente-Estuturante-em-Pesquisa-da-Unilab.pdf>. Acesso em: 02/10/2014.